



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS - PREVIBARRAS
EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO GLOBAL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREÂMBULO

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS - PREVIBARRAS, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob nº 00.520.196/0001-45, autarquia responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Quatro Barras, através da Comissão de Pregão e equipe de apoio nomeada pela Portaria nº 02/2024, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR DESCONTO GLOBAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja sessão pública será realizada na Internet, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública se dará através do Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data de 23/06/2026 às 09h00min, horário de Brasília/DF.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As propostas comerciais serão recebidas no período desde a divulgação do Edital no Portal de Compras do Governo Federal até a data e horário marcado para abertura da sessão pública do certame, informando o código da PREVIBARRAS - UASG 929529 e nº do Pregão correspondente.

1 DA SOLICITAÇÃO E ANEXOS DO EDITAL

1.1 Solicitação formalizada por meio do processo nº 75/2025, protocolado pela Secretaria Executiva.

1.2 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 - Termo de Referência;

ANEXO 02 - Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO 03 - Modelo de proposta de preços;

ANEXO 04 - Modelo de declaração unificada;

ANEXO 05 - Declaração de Responsabilidade Técnica

ANEXO 06 - Declaração de visita técnica;

ANEXO 07 - Declaração de dispensa de visita técnica;

ANEXO 08 - Minuta do Contrato;

ANEXO 09 - Minuta da Ata de Registro de Preços;

2 DO OBJETO E DA QUANTIDADE ESTIMADA

2.1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de

Quatro Barras



impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

2.2 O(s) quantitativo(s) do(s) item(ns) constante(s) no Anexo 01 não necessariamente será(ão) solicitado(s) em sua totalidade. A(s) quantidade(s) é(são) estimada(s), sendo considerada(s) apenas para fins de registro e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários, que a Ata de Registro de Preços não obriga a PREVIBARRAS a firmar contratação(ões) na(s) quantidade(s) estimada(s) neste Edital. A(s) licitante(s) para a(s) qual(is) for(em) registrado(s) o(s) item(ns) constante(s) no Anexo nº 01 e for(em) convocada(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços, obterá(ão) apenas a preferência de entrega dos produtos/execução dos serviços do(s) referido(s) item(ns) até o término de sua vigência. Durante este período, o(s) fornecedor(es)/prestador(es) de serviço(s) assume(m) o compromisso de atender aos pedidos realizados pela PREVIBARRAS e se obriga(m) a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito(s), inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer exigências contidas em Edital. A PREVIBARRAS não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte do(s) licitante(s) qualquer recurso sob alegação da expectativa das solicitações por parte da Autarquia.

2.3 A(s) quantidade(s) estimada(s) para o presente processo licitatório, relacionada(s) no edital de embasamento, serve(m) apenas como orientação, não constituindo, sob-hipótese alguma garantia de faturamento.

3 DO VALOR GLOBAL

3.1 O valor global para a presente licitação é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

3.2 O(s) valor(es) máximo(s) unitário(s) está(ão) relacionado(s) no Anexo 01.

4 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 O Pregão será realizado exclusivamente por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do **Sistema de Pregão Eletrônico do ComprasGov no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> “Acesso Identificado”**, conforme datas e horários definidos neste Edital.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira mediante a inserção e monitoramento dos dados gerados ou transferidos pelos licitantes para a plataforma de pregão eletrônico indicada no item 4.1 deste Edital.

4.3 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras.

4.4 A Ata de Registro de Preços é um documento, com característica de compromisso para futura contratação, onde o(s) licitante(s) manterá(ão) seu(s) preço(s) registrado(s), durante seu período de vigência e, caso necessite, a PREVIBARRAS efetuará as aquisições ou solicitações nas quantidades julgadas necessárias e ao(s) mesmo(s) preço(s) registrado(s) no certame.

4.5 Ao preço do primeiro colocado será mantido no processo o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação. O registro tem por objetivo a formação de cadastro reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

4.5.1 DA REVISÃO DE PREÇOS E CONSULTA AO CADASTRO RESERVA



I. Caso o vencedor detentor da ata de registro de preços solicite revisão de preços ou reequilíbrio econômico-financeiro, o Departamento de Licitações e Contratos acionará o Cadastro Reserva de fornecedores, conforme ordem de classificação original.

II. Os fornecedores do Cadastro Reserva serão formalmente consultados sobre:

- a) A disponibilidade de fornecer o bem ou serviço pelo mesmo preço do vencedor original; e
- b) O melhor preço que possam oferecer;

4.5.2 DA CONSULTA AOS FORNECEDORES

I. A consulta será realizada com todos os fornecedores do Cadastro Reserva, obedecendo à ordem de classificação, até que se esgotem as possibilidades ou que um fornecedor apresente proposta mais vantajosa.

II. Caso algum fornecedor do Cadastro Reserva ofereça preço inferior ao solicitado na revisão, deverá:

- a) Apresentar amostra do produto (quando exigido), em conformidade com as especificações do edital, no prazo de 2 dias úteis;
- b) Comprovar que atende aos requisitos de habilitação.

III. A não conformidade com as especificações implicará a desconsideração da proposta, seguindo-se a consulta ao próximo fornecedor classificado.

4.5.3 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

I. O cancelamento do registro com o vencedor original ocorrerá após a comprovação de que o novo fornecedor:

- a) Apresentou preço mais vantajoso; e
- b) Cumpriu com a exigência de amostra (quando aplicável), atestando a qualidade conforme exigido.
- c) Cumpriu os requisitos de habilitação estabelecidos em edital.

II. A PREVIBARRAS reserva-se o direito de rejeitar propostas que, mesmo com preço inferior, não atendam aos critérios de qualidade, prazos ou demais condições do edital.

4.5.4 DA FORMALIZAÇÃO

I. O fornecedor que apresentar o melhor preço válido, comprovar a qualidade mediante amostra (se exigido) e preencher os requisitos de habilitação será formalmente convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação.

4.5.5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. Se o detentor da ata de registro de preços desistir do pedido de revisão (ou reequilíbrio) durante o trâmite e/ou não comprovar as condições imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que fundamentaram o pedido responderá por descumprimento da proposta (art. 155, V, da Lei 14133/2021).

II. Os casos omissos serão resolvidos pela PREVIBARRAS, com base nos princípios da economicidade, legalidade e garantia de qualidade.

4.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras, ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário precederão os licitantes que mantiverem sua proposta original.

4.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.8 Esta licitação está dispensada da publicação da Intenção de Registro de Preços (IRP), nos termos do art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de pronta resposta para manutenção predial da sede da PREVIBARRAS, cujas intervenções são essenciais à continuidade das atividades administrativas da Autarquia.



5 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste pregão todas as empresas que apresentarem os documentos necessários para o respectivo cadastramento junto ao Sistema de Pregão Eletrônico indicado no item 4.1 deste Edital.

5.2 Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que:

5.2.1 Esteja com o credenciamento regular no SICAF;

5.2.2 Atue no ramo pertinente ao objeto da presente licitação;

5.2.3 Satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, inclusive todas as legislações citadas por estes;

5.3 A licitante, como condição de participação, deverá assinalar “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios concedidos em seus artigos 42 a 49;

5.3.1.1 Toda empresa que assinalar o campo “sim” para esse requisito deverá apresentar declaração da condição para análise da Pregoeira, conforme modelo constante no Anexo 04 do edital.

5.3.1.2 No(s) item(ns) aberto(s) à ampla participação, a assinalação do campo “não” acarretará apenas na perda do direito de usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

5.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.3.3 Que cumpre os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias; e

5.3.4 Que correspondam a todas as declarações relacionadas no Anexo 04 deste Edital.

5.4 É vedada a participação:

5.4.1 Das pessoas indicadas pelo art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.4.2 Direta ou indiretamente, de servidor dirigente da PREVIBARRAS, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma.

5.4.3 De empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;

6 DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

6.1 Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar ou encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos solicitados ou as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

6.3 Os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados através do Portal ComprasGov ou pelo e-mail previbarras@quatrobarras.pr.gov.br.

6.3.1 A Pregoeira responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido. O prazo de resposta se limitará ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

6.3.2 Para prestar os devidos esclarecimentos, a Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração das condições do edital e anexos.

6.4 As impugnações poderão ser enviadas através do Portal ComprasGov ou pelo e-mail previbarras@quatrobarras.pr.gov.br.



6.4.1 Compete a Pregoeira auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração das condições do edital e anexos, decidir sobre a impugnação. Deverá a Autarquia responder a impugnação no prazo de até 03 (três) úteis e o prazo de resposta se limitará ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

6.5 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal ComprasGov e no site da PREVIBARRAS (www.previbarras.pr.gov.br).

6.6 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.6.1 A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo da licitação.

6.6.2 A concessão de efeito suspensivo poderá ocorrer em virtude da necessidade de análise pormenorizada por parte do setor técnico requisitante e/ou departamento jurídico.

6.7 O presente edital e seus anexos poderão ser alterados pela Autarquia antes da abertura da licitação, pelo interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendendo com o estabelecido no art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8 Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Autarquia aquele que não o fizer na forma prevista acima.

7 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 Os interessados deverão cadastrar-se junto no **Sistema de Pregão Eletrônico do ComprasGov**, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio da apresentação de documentos necessários para o respectivo registro.

7.1.1 Ao licitante cadastrado será atribuída chave de identificação e senha, pessoal e intransferível.

7.1.2 O credenciamento será o registro cadastral do licitante no sistema.

7.1.3 A chave de identificação e a senha privativa do licitante poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

7.2 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

7.3 A participação do licitante no Pregão Eletrônico se dará por meio de seu operador designado, que declarará, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4 O acesso do operador ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante a prévia definição da senhaprivativa.

7.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, não cabendo à plataforma eletrônica ou à PREVIBARRAS a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso e senha, ainda que por terceiros.

7.6 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à presente licitação.

7.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no



Sistema Eletrônico do ComprasGov e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8 Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone: 0800.978.9001 pelo portal de atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2 O registro da proposta deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema eletrônico do ComprasGov por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3 O registro da proposta no sistema eletrônico pressupõe pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições previstas neste Edital.

8.4 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a PREVIBARRAS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

8.5 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

8.5.1 Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

8.5.2 Inexiste impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

8.5.3 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5.4 Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.5.5 Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8.5.6 Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

8.5.7 Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

8.6 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.



8.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, não sendo permitido o encaminhamento após o horário estabelecido. Esta instrução, é válida, igualmente, para a inserção dos documentos de habilitação na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

8.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Autarquia ou de sua desconexão.

8.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do Sistema Eletrônico qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1 O licitante deverá cadastrar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento dos seguintes campos:

9.1.1 Valor unitário e total do(s) item(ns) ou, quando for o caso, percentual de desconto;

9.1.2 Marca/Fabricante;

9.1.2.1 Quando o licitante possuir marca e/ou fabricação própria, ou quando o processo licitatório tratar de prestação de serviços, no ato do preenchimento da proposta no sistema eletrônico, o licitante poderá preencher com a redação “marca própria” ou, quando for o caso, “serviço”, a fim de não identificar a empresa.

9.1.3 Descrição do objeto, contendo informações que atendam todas as especificações técnicas do Anexo 01 – Termo de Referência.

9.1.3.1 Em caso de divergência existente entre as especificações do(s) item(ns) que compõem o objeto descrito no sistema eletrônico e as especificações constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

9.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.3 No preenchimento das informações no sistema eletrônico, quando do cadastro do valor global, é EXPRESSAMENTE vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação, previamente à sessão pública de lances.

9.4 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior à prevista neste Edital.

9.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo 01 – Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital.

9.8 Somente após a etapa de lances e negociação, a Pregoeira convocará o licitante detentor da melhor oferta para que, por meio de funcionalidade disponível no sistema e no prazo de até 02 (duas) horas contados da sua convocação, envie a proposta adequada (conforme modelo constante do Anexo 03), acompanhada, quando for o caso, da documentação complementar.

10 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, nadata, horário e local indicados neste Edital.

10.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

10.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5 O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento disposto no preâmbulo deste Edital.

10.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.7 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou, quando for o caso, maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (zero vírgula um por cento).

10.9 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.9.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

10.9.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

10.9.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

10.9.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada(o) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.9.5 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



recebido e registrado em primeiro lugar.

10.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou, quando for o caso, MAIOR DESCONTO GLOBAL registrado, vedada a identificação do licitante.

10.12 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.15 Havendo itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte na licitação, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em campo próprio no sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.15.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do valor da proposta de menor preço ou abaixo do maior percentual de desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.15.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate em relação à proposta da primeira classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.15.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.15.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.16.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo definido pela Autarquia.

10.16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.16.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.16.4 A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas contados da sua convocação**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado



após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.16.5 É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.17 Após a negociação, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 DA FASE DE JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

11.1.1 SICAF;

11.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

11.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

11.1.4 Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

11.1.5 Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

11.1.6 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/combate-a-corrupcao-enccla/cadastro-nacional-de-condenados-por-crimes-de-improbidade-administrativa/>);

11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3 Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por conta das empresas apontadas no Relatório de ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

11.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

11.3.2 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

11.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo ou, quando for o caso, desconto mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.6.1 Contiver vícios insanáveis;

11.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo 01 - Termo de Referência;

11.6.3 Apresentar preços/descontos inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo/abaixo do desconto mínimo definido para a contratação;

11.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Autarquia;



11.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.7 A Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

11.8 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Autarquia, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.9 Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação automática da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Pregoeira, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados pelos proponentes até a data e o horário limite estabelecidos neste edital juntamente com a proposta de preços, antes do início da sessão.

12.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual, Certificado da Condição do Microempreendedor Individual – CCMEI.

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor ou Consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, sendo que, a atividade da empresa deve ser conexa com o objeto da presente licitação;

c) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.1.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa relativa aos Tributos Federais, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do



Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dentro do seu prazo de validade;

d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;

e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;

f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do seu prazo de validade;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, dentro do seu prazo de validade.

12.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro de seu prazo de validade.

a.1) Na hipótese de o licitante estar em recuperação judicial, deve ser apresentado comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor”.

12.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão de Acervo Operacional – CAO emitida pelo conselho competente. As quantidades e as características mínimas serão conforme abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT	UNID
Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos	300	M ²
Cabo eletrônico categoria 6, instalado em edificação institucional - fornecimento e instalação	275	M
Impermeabilização de superfície com argamassa polimérica / membrana acrílica, 3 demãos	82	M ²

- Referente ao atestado para comprovação da capacidade técnica da empresa, poderão ser aceitos mais de um para somatório das quantidades a fim de atingir o mínimo solicitado.

- A quantidade solicitada em atestado não ultrapassa o permitido por lei.

- A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Autarquia, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- Os serviços exigidos foram selecionados por serem os mais relevantes tanto técnica quanto financeiramente em relação ao escopo do objeto.

b) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. A empresa que não possui registro no Estado do Paraná deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA e/ou CAU do seu Estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura da Ata, visto do CREA- PR e/ou CAU-PR.

b.1) Se no momento da licitação a empresa estiver com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a mesma não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa em até 10 (dez) dias após o certame.

c) Certidão de registro do(s) profissional(is) indicado(s) no ANEXO 05 no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade.

c1) Se no momento da licitação o(s) profissional(is) estiver(em) com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a licitante não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa do(s) profissional(is) elencado(s) em até 10 (dez) dias após o certame.

- O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deve(m) assinar a planilha de orçamento proposto, com indicação de número no conselho (CREA/CAU). - É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.

- A empresa que não apresentar os requisitos mínimos de acervos técnicos citados nos itens anteriores estará inabilitada.

d) Declaração de Responsabilidade Técnica (ANEXO 05) deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) pela licitante, emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA" ou pelo "Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU" de execução de, no mínimo, um serviço de semelhante complexidade tecnológica e operacional, conforme quantidades abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos	300m ²
Cabo eletrônico categoria 6, instalado em edificação institucional - fornecimento e instalação	275m
Impermeabilização de superfície com argamassa polimérica / membrana acrílica, 3 demãos	82m ²

- Referente ao acervo para comprovação da capacidade técnica poderão ser aceitos mais de um para somatório de quantidades a fim de atingir o mínimo solicitado.

- A quantidade solicitada em acervo não ultrapassa o permitido por lei.

e) Comprovação de o licitante possuir em seu quadro permanente, na data de assinatura do contrato, profissional de nível superior (Engenheiro de Segurança do Trabalho) ou outro devidamente reconhecido (Técnico em Segurança do Trabalho) pela entidade competente, bem como, comprovação da empresa possuir anotação no órgão competente.

f) Os profissionais indicados pelo licitante na declaração formal exigida para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto da licitação.

g) A empresa licitante deverá apresentar as duas formas de atestados, o técnico-operacional (em nome da proponente) e o técnico-profissional (em nome dos profissionais responsáveis).

h) Em até 3 (dez) dias úteis após do certame, e como condição imprescindível para homologação da licitação, a empresa vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos:

h.1) Comprovação de vínculo empregatício entre a empresa e o(s) profissional(is), através de uma das seguintes formas (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original):

I. Contrato social, no caso de sócio;

II. Carteira de trabalho, das folhas em que constem os dados pessoais e o registro de empregado;



- III. Contrato particular de prestação de serviço (com firma reconhecida do profissional);
- IV. Contrato preliminar de trabalho ou de prestação de serviço (com firma reconhecida do profissional);
- V. Prova de sua eleição como diretor(a) da proponente;
- VI. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU onde conste como responsável técnico.

h.2) Caso deseje, a licitante poderá apresentar a comprovação já na fase de habilitação, dispensando sua apresentação posterior.

h.3) Em caso de a empresa vencedora ter apresentado Certidão Positiva junto ao CREA/CAU, no momento da licitação (pessoa jurídica ou física), juntamente com a documentação acima a mesma deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeitos de Negativa) junto ao órgão competente (CREA/CAU).

i) Para fazer face à prestação dos serviços que serão contratados, faz-se necessária qualificação técnica mínima específica, como de praxe na Administração Pública. Desta forma se faz necessário a comprovação de qualificação técnica supracitada que visa garantir à Administração Pública, que empresa a ser contratada conte com aptidão para o bom desempenho das atividades objeto da licitação, que no caso concreto é a manutenção predial da sede da PREVIBARRAS.

j) A qualificação técnica exigida, objetiva a preservação do interesse público em contratar empresa que realmente tenha capacidade técnico operacional e técnico profissional de executar o Contrato satisfatoriamente, visto que não se trata apenas de mera disponibilização de mão de obra. A forma de contratação proposta, comumente denominada “facilities”, engloba diversos serviços relacionados entre si, que mesmo considerados “comuns” exigem expertise da empresa a ser contratada para a sua execução. E assim garantir uma contratação segura para a Autarquia Municipal, uma vez que se trata do cuidado com o patrimônio público, da garantia e segurança das pessoas que trabalham e frequentam as dependências da sede da PREVIBARRAS.

12.1.4.1 Declaração visita técnica (Anexo 06) ou Declaração de Dispensa de Visita Técnica (Anexo 07).

a) A avaliação prévia do imóvel localizado na Rua 25 de Janeiro nº 271, Centro, Quatro Barras, Paraná, é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor da PREVIBARRAS designado para esse fim.

b) As visitas técnicas poderão ser agendadas pelo e-mail previbarras@quatrobarras.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3672-3668, e serão realizadas de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.

c) Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

d) Para a visita técnica, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

e) O licitante que não realizar a visita técnica **deverá apresentar, juntamente com os documentos relativos à habilitação, a Declaração de Dispensa de Visita Técnica (Anexo 07)**, assinada pelo responsável técnico da empresa, informando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade para o cumprimento total do objeto e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.



f) Não será admitido da PROPONENTE, posteriormente, alegar desconhecimento das atuais condições e das medidas necessárias para o cumprimento do que é solicitado em edital e anexos, portanto, será da responsabilidade da PROPONENTE a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de onde serão prestados os serviços.

12.1.5 DECLARAÇÃO PARA OUTRAS COMPROVAÇÕES, em conformidade com o modelo constante do Anexo 04:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;

b) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) Declaração de que inexistem quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) No caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/21;

h) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

12.2 Os licitantes que não apresentarem todos os documentos exigidos para fins de habilitação, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão considerados inabilitados.

12.2.1 Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida, a licitante será INABILITADA e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.2.2 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail previbarras@quatrobarras.pr.gov.br, devendo a Pregoeira nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

12.3 Os documentos exigidos, quando não contiverem o prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição superior a 90 (noventa) dias.

12.3.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.



12.4 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Autarquia, que terá início no momento em que o proponente for declarado vencedor, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

12.4.2 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

12.5 Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

12.6 Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, a Pregoeira, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de MAIOR DESCONTO GLOBAL, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

12.7 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.7.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

12.7.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.8 Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

12.9.1 A Pregoeira poderá solicitar a documentação física para efeitos de comprovação da habilitação do licitante, caso julgue necessário. A necessidade da apresentação dos documentos originais não-digitais somente será exigida quando houver dúvida razoável em relação à integridade do documento digital ou em razão de motivo devidamente justificado.

12.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.10.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, poderá sujeitar o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

12.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.12 Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida no presente Edital.



13 DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

13.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. O licitante deverá motivar sua decisão.

13.3 Havendo manifestação, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação de intenção de recorrer. Nesta fase, a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

13.5 Admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, pelo sistema eletrônico. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.6 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor, encaminhando para a autoridade superior competente para a homologação do mesmo.

13.7 A Pregoeira poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados a Presidente da PREVIBARRAS para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no parágrafo 2º do art. 165 da Lei 14.133/21.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a homologação do objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor(es).

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação da proposta melhor classificada ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, a sessão será reaberta na etapa posterior ao encerramento da fase de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico e via e-mail.

14.3.1 A convocação feita por e-mail dar-se-á a partir de dados obtidos junto à plataforma eletrônica, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



15 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Pregoeira encaminhará o processo à Autoridade Superior que adjudicará o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar e homologará o procedimento licitatório.

15.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Autarquia firmará instrumento contratual específico com o licitante vencedor visando o fornecimento ou a execução do objeto desta licitação nos termos das minutas (Anexo 08 ou Anexo 09) que integram este Edital.

16.2 O prazo para assinatura da ata de registro de preços e/ou do contrato será no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação expressa do licitante vencedor.

16.2.1 Serão aceitas assinaturas digitais.

16.3 Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços/do Contrato, em atendimento ao §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

16.4 Se, por ocasião da formalização da Ata de Registro de Preços/do Contrato, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista estiver com os prazos de validade vencidos, o Município verificará a situação por meio eletrônico hábil, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.4.1 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para comprovar a situação de regularidade mediante a apresentação da respectiva documentação, com prazos de validade em vigência, sob pena de decair do direito à contratação.

16.5 Nas hipóteses de o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços/o Contrato, dentro do prazo estabelecido, serão convocados o(s) licitante(s) que aceitarem fornecer os bens, executar a obra ou os serviços, seguindo a ordem de classificação ou o cadastro reserva, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Edital e na legislação vigente.

16.6 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá, a critério da Autarquia, ser substituído por meio de carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.7 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contida, observado o disposto no art. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

16.8 A existência de preços registrados não obriga a Autarquia a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de contratação específica para a aquisição/execução de serviço pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento/contratação em igualdade de condições.

16.9 Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.

17 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4 Não será permitido efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5 Do Sistema de Registro de Preços, das condições para alteração, atualização e cancelamento do(s) preços) registrado e da Ata, vide Minuta do Anexo 08 que integra este Edital.

18 DOS PRAZOS E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

18.2.1 Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos, conforme previsto no art. 84, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

18.2.2 A prorrogação da ata de registro de preço se dará pelo saldo existente no momento da prorrogação.

18.2.3 A comprovação da vantagem do preço deverá ser demonstrada em Justificativa de Preços elaborada de acordo com o Decreto Municipal 9.618/2024 ou outro que venha a substituí-lo.

18.3 O prazo para assinatura do contrato será no máximo de 3 (três) dias úteis a contar da convocação expressa do licitante vencedor.

18.4 O prazo para início da execução dos serviços (tempo de resposta) e o prazo para sua conclusão (tempo de solução) serão definidos individualmente em cada Ordem de Serviço, conforme a natureza, urgência e complexidade da demanda, observando-se as seguintes diretrizes:

18.4.1 Para serviços emergenciais, cuja não execução imediata possa comprometer a segurança, a integridade de pessoas ou instalações, ou o funcionamento essencial de órgãos públicos, o prazo para início será de até 6 (seis) horas contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

18.4.2 Para serviços de manutenção corretiva de média ou baixa complexidade, o prazo para início será de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.

18.4.3 O prazo para conclusão dos serviços será definido na própria Ordem de Serviço, considerando critérios de razoabilidade e proporcionalidade em relação ao escopo da demanda, sendo, em regra, de até 15 (quinze) dias corridos, salvo prorrogação formalmente aprovada pelo fiscal do contrato mediante cronograma apresentado pela contratada.

18.5 Os serviços serão executados na Rua 25 de Janeiro nº 271, Centro, Quatro Barras, Paraná.



18.6 Os serviços executados deverão estar em conformidade com o solicitado em edital e Termo de Referência (Anexo 01). O recebimento será feito na forma determinada pelo Termo de Referência.

18.7 Demais condições de execução e entrega dos serviços estão descritas no Anexo 01 (**Termo de Referência**) do referido edital.

19 DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1 Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar nota fiscal discriminada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos serviços, devendo conter no corpo da nota fiscal as informações a seguir:

19.2 Descrição dos serviços, o número do empenho, banco, a agência bancária e o número da conta corrente para depósito do pagamento;

19.3 Juntamente com a nota fiscal, deverão ser apresentadas as cópias dos seguintes documentos de suporte:

a) Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa relativa aos Tributos Federais, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dentro do seu prazo de validade;

b) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;

c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do seu prazo de validade;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, dentro do seu prazo de validade.

f) Cópia do empenho encaminhado para a empresa para agilizar o recebimento.

g) Para efeito de cálculo de pagamento serão utilizados os valores da última atualização da tabela SINAPI, ou seja, o valor unitário e quantidade do serviço executado constante na tabela vigente do dia do começo da execução do serviço, acrescida do BDI de 16,8% menos o desconto ofertado em percentual pela empresa vencedora do certame licitatório.

Formula para pagamento do serviço da tabela SINAPI conforme a Lei 12.309/2010 art. 127 e Acórdão 2622/2013 TCU:

$$((VU+16,80\%) \times QTD) - D = VF$$

Sendo:

VU= Valor unitário do serviço constante na Tabela SINAPI vigente.

QTD = Quantidade do serviço executado (m², metros e etc. conforme descrito na tabela SINAPI).

16,8% = Percentual do Benefício e Despesas indiretas do BDI conforme o Acórdão 2622/2013 TCU;

D = percentual de desconto ofertado pela empresa vencedora do certame licitatório;

VF = valor final do serviço a ser pago.

19.4 Prazo de liquidação e de pagamento do documento fiscal: conforme descrito na Lei nº 14.133/2021, esse prazo total máximo é de 10 (dez) dias úteis.



19.5 Quando a documentação para cobrança estiver incompleta e/ou apresentar elementos que a invalide, deverá ser substituída pela licitante, dispondo a Autarquia de 08 (oito) dias corridos a partir do recebimento da documentação correta para análise e pagamento.

19.6 O pagamento será efetuado, até o 10º (décimo) dia útil a contar da entrega da Nota Fiscal/fatura e atesto da execução contratual emitido pelo/a gestor/fiscal do instrumento contratual, mediante a apresentação da documentação citada no item 19.3.

19.7 O atraso na apresentação, por parte do contratado, da Nota Fiscal de Serviços exigida como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do contratante.

19.8 O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar no instrumento contratual e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento/execução dos serviços contratados. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

19.9 Sobre o pagamento efetuado será retido na fonte e recolhido, pela PREVIBARRAS, todos os tributos federais, previstos na IN RFB 1234/2012, 1540/2015 e 2145/2023 e alterações seguintes, cujos valores e percentuais respectivos deverão ser discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

19.10 Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária, com crédito em conta corrente indicada por escrito pelo/a Contratada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

19.11 Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade ou havendo erro na Nota Fiscal de Serviços ou no Recibo de Pagamento de Autônomo ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o contratante notificará ao contratado para que proceda a correção necessária, ficando o prazo de pagamento interrompido, prosseguindo sua contagem quando do recebimento no protocolo geral da contratante dos documentos devidamente corrigidos.

19.12 Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento, os fatos serão informados à contratada para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

19.13 Os pagamentos poderão ser sustados pela PREVIBARRAS nos seguintes casos:

a) Não cumprimento das obrigações do/a Contratada com terceiros, estes relacionados com os serviços contratados e que, a prejuízo da PREVIBARRAS, possam, de qualquer forma, causar-lhe prejuízos ou colocar em risco a prestação dos serviços;

b) Inadimplemento das obrigações do Contratado, assumidas no presente Instrumento contratual;

c) Erros ou vícios no recibo de pagamento ou nota fiscal.

19.14 Nenhum pagamento será realizado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento e/ou atualização de valor ou quaisquer ônus para o contratante.

19.15 O Contratante poderá deduzir do montante a pagar a contratada os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo mesmo, nos termos do instrumento contratual.

19.16 O Contratante não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos decorrente da ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.

19.17 A PREVIBARRAS reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não estiver de acordo com as especificações exigidas.



20 DOS RECURSOS FINANCEIROS

20.1 Os recursos financeiros para o pagamento de despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

21 DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

21.1 Caberá aos fiscais de Contratos, designados pela autoridade competente acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

22 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

22.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Autarquia, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

22.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

22.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

22.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quando ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores de serviço, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

22.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

22.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

22.2 Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

a) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 22.1.2 a

22.1.7 deste edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156 §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 22.1.8 a 22.1.12 deste edital, bem como nos subitens 22.1.2 a 22.1.7



que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5, da Lei).

d) Multa:

d.1 moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Autarquia a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o disposto no inciso I, do art. 173, da Lei nº 14.133/2021.

d.2 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato/ata, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato/ata, no caso de inexecução do objeto.

22.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art.156, § 9º).

22.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º);

22.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

22.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º);

22.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

22.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156 §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

22.8 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como sancionado, observados, em todos os casos,



o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

22.9 Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. (art. 161)

22.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 A presente licitação, não importa necessariamente em contratação, pode o promotor revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado. O promotor poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

23.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das Informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou a prestação de serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.3 É facultado a Pregoeira ou à autoridade a ela/ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.6 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Autarquia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 O extrato do Aviso de Licitação será divulgado no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. O resultado e demais atos pertinentes ao processo serão divulgados no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e no endereço eletrônico da PREVIBARRAS (www.previbarras.pr.gov.br) - Portal da Transparência.

23.8 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira.

23.9 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

23.10 Não cabe à plataforma eletrônica qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo licitante com o licitador, em especial com relação à forma e a prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

23.11 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será da Comarca de Quatro Barras/PR.

23.12 A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário compreendido das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, no endereço Rua 25 de Janeiro nº 271, Centro de Quatro Barras, ou telefone (41) 3672-3668 e e-mail previbarras@quatrobarras.pr.gov.br, para esclarecimentos.



PREVIBARRAS

**Previdência Social do Município de
Quatro Barras**



23.13 A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação.

23.14 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

Quatro Barras, 03 de junho de 2026.

Atenciosamente,

ANA PAULA DA ROCHA PIRES
Pregoeira



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição	Und	Valor total	% de Desconto tabela Sinapi
1	Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Edital.	Serv	R\$ 300.000,00	Desconto mínimo de 13,7% (conforme pesquisa de preços realizada junto ao PNCP)

1.2. Os serviços serão executados na sede da PREVIBARRAS, localizada na Rua 25 de Janeiro, nº 271, Centro, Quatro Barras/PR.

1.3. Os serviços serão executados sob demanda, mediante Ordem de Serviço (O.S.) emitida pela Autarquia. Os prazos para início e conclusão serão definidos em cada O.S., conforme a urgência e complexidade da solicitação, observando-se:

a) Até 6 horas para início em casos emergenciais;



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



b) Até 2 dias úteis para manutenção corretiva comum;

c) A conclusão será estabelecida conforme o escopo da demanda.

1.4. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

1.5. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Justificativas da Contratação:

a) A presente contratação visa atender à necessidade da PREVIBARRAS de realizar serviços de manutenção predial corretiva e preventiva em sua sede própria, localizada na Rua 25 de Janeiro, nº 271, Centro, Quatro Barras/PR. O imóvel, adquirido em 2024, passou por inspeção técnica que atestou a ausência de comprometimentos estruturais, porém, recomendou a execução de reparos de média e baixa complexidade para sua plena adequação às necessidades institucionais.

b) A contratação está vinculada ao planejamento institucional da Autarquia, sendo essencial à preservação do patrimônio público, à continuidade dos serviços administrativos e ao bom atendimento aos segurados, servidores e demais usuários. Por tratar-se de edificação única, com necessidades variadas e recorrentes de manutenção (em sistemas hidráulicos, elétricos, revestimentos, impermeabilização, entre outros), justifica-se a contratação de empresa especializada para execução dos serviços, com fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, de forma contínua e sob demanda.

c) Considerando a inexistência de equipe própria para tais serviços e a inviabilidade técnica e operacional de fragmentação contratual ou listagem exaustiva de insumos, a contratação integrada garante economicidade, eficiência, celeridade na execução e melhor gestão do contrato, em consonância com o interesse público. Ressalta-se ainda que a conservação do imóvel é obrigação legal da Autarquia, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 8.429/1992.

2.2. Justificativas para a utilização da Tabela SINAPI/PR como referência:

A adoção da Tabela SINAPI/PR como base de precificação para o objeto desta licitação - **registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços sob demanda de manutenções corretivas e preventivas, com fornecimento de materiais, mão de obra e ferramentas, abrangendo serviços de pintura, hidráulica, elétrica e predial** - fundamenta-se nos seguintes aspectos:

a) **Parâmetro oficial e transparência:** O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), elaborado pelo IBGE e publicado pela Caixa Econômica Federal, é amplamente reconhecido como referência oficial e de domínio público. Sua utilização proporciona maior **transparência na composição de preços**, padroniza os parâmetros para análise das propostas e garante o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e legalidade na aplicação dos recursos públicos.

b) **Prevenção de sobrepreço e superfaturamento:** A definição de um percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/PR possibilita à Autarquia contratar serviços com valores condizentes com o mercado local, **evitando a ocorrência de preços acima dos praticados ou irregularidades contratuais**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



c) **Padronização e racionalização dos custos:** A Tabela SINAPI contempla ampla gama de **composições unitárias de serviços e insumos aplicáveis à manutenção predial**, permitindo à Autarquia maior clareza e objetividade na elaboração do orçamento estimativo, bem como no acompanhamento da execução contratual.

d) **Isonomia e estímulo à competitividade:** A utilização de uma tabela pública e comum a todos os licitantes promove a **igualdade de condições na disputa**, assegurando que todos concorram sobre uma mesma base técnica e econômica, incentivando a eficiência e a oferta do melhor preço.

e) **Adequação regional (SINAPI/PR):** A opção pela tabela SINAPI/PR - relativa ao Estado do Paraná, local de execução dos serviços - garante que os custos estejam alinhados aos **valores praticados regionalmente**, conferindo maior **fidedignidade ao orçamento e equilíbrio econômico-financeiro à futura contratação**.

2.3. Justificativas para os valores da licitação por desconto na Tabela SINAPI/PR:

A presente licitação terá como critério de julgamento o maior percentual de desconto sobre os preços de referência da Tabela SINAPI/PR (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil para o Estado do Paraná). Tal metodologia assegura a contratação por valores justos, atualizados e compatíveis com o mercado, atendendo aos princípios da economicidade, transparência e eficiência na gestão pública. A seguir, destacam-se os principais fundamentos:

a) **Transparência e padronização:** A Tabela SINAPI, elaborada em parceria entre a Caixa Econômica Federal e o IBGE, constitui referencial oficial e amplamente reconhecido para a composição de custos de serviços e insumos da construção civil. Sua utilização promove padronização e transparência nos critérios de julgamento e na fiscalização da execução contratual, permitindo a comparabilidade entre propostas e facilitando o controle dos órgãos de auditoria.

b) **Referencial atualizado e regionalizado:** A base de dados do SINAPI é atualizada periodicamente, refletindo as variações reais de preços de materiais, mão de obra e equipamentos. A escolha da tabela específica do Estado do Paraná (SINAPI/PR) garante aderência aos custos praticados regionalmente, minimizando o risco de subpreço ou sobrepreço e assegurando equilíbrio econômico-financeiro ao futuro contrato.

c) **Estímulo à competitividade e à economicidade:** A disputa com base no maior desconto sobre a tabela promove ambiente competitivo entre os licitantes, que buscam apresentar propostas mais vantajosas. O desconto oferecido reflete a capacidade de gestão e otimização de custos por parte das empresas, resultando em economia efetiva de recursos públicos sem prejuízo da qualidade dos serviços.

d) **Conformidade legal e segurança jurídica:** A adoção de tabelas de referência oficiais está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, que recomenda a utilização de parâmetros de mercado ou bases oficiais de preços públicos para subsidiar orçamentos e contratações. Isso reduz riscos de impugnações e confere robustez jurídica ao processo licitatório.

e) **Celeridade e simplificação processual:** O modelo baseado em desconto percentual elimina a necessidade de detalhamento de composições unitárias por parte dos licitantes, agilizando tanto a elaboração das propostas quanto a análise pela Administração Pública. Isso favorece a eficiência na condução do certame e na futura gestão contratual.

2.4. Justificativas para adoção da licitação global para serviços de manutenção predial com fornecimento de materiais, mão de obra e ferramentas:



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



A presente justificativa visa demonstrar a vantajosidade técnica, econômica e operacional da adoção do critério de licitação global para a contratação de empresa especializada na execução, sob demanda, de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, com fornecimento de todos os insumos necessários (materiais, mão de obra e ferramentas), conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

a) Integração de Soluções e Redução de Burocracia: A manutenção predial envolve um conjunto amplo e interdependente de atividades - como serviços elétricos, hidráulicos, pintura, reparos em alvenaria, entre outros - que não podem ser fragmentados sem prejuízo à qualidade e à continuidade das atividades administrativas da Autarquia. A adoção do modelo global evita a necessidade de múltiplas licitações específicas por especialidade técnica ou por tipo de serviço, reduzindo a burocracia, o tempo de resposta e os custos administrativos internos com fiscalização e gestão contratual.

b) Eficiência Operacional e Ganhos de Escala: Ao reunir, em um único contrato, todos os serviços de manutenção predial com fornecimento de insumos e equipamentos, a Autarquia assegura maior eficiência operacional e padronização dos serviços executados. Esse formato permite à contratada planejar com maior previsibilidade suas operações, otimizando a mobilização de equipe técnica e logística, o que se reflete em melhores condições comerciais e descontos mais competitivos sobre a Tabela SINAPI/PR. A centralização também evita retrabalhos e inconsistências que poderiam ocorrer em contratações separadas.

c) Segurança Técnica e Qualidade na Execução: A licitação global favorece a continuidade técnica das intervenções, pois os serviços são executados por uma única empresa, que terá conhecimento prévio das condições do imóvel e dos serviços anteriormente realizados. Isso reduz a possibilidade de conflitos técnicos, melhora o tempo de resposta para manutenção emergencial e assegura padronização de procedimentos e materiais utilizados, com impactos positivos sobre a durabilidade e a qualidade das soluções adotadas.

d) Facilidade de Gestão e Fiscalização Contratual: A centralização da responsabilidade contratual simplifica significativamente a gestão e a fiscalização dos serviços. Em vez de acompanhar diversos contratos com fornecedores distintos - o que exigiria maior alocação de pessoal técnico - a Autarquia passa a ter um único ponto de contato, facilitando o controle da execução, o acompanhamento de prazos, a aplicação de sanções (se necessárias) e o cumprimento de metas de desempenho contratual.

e) Redução de Riscos e Maior Segurança Jurídica: A contratação global reduz os riscos inerentes à multiplicidade de contratos, como a atribuição de responsabilidades por falhas, incompatibilidade entre serviços ou materiais e atrasos decorrentes da dependência entre prestadores diferentes. Além disso, contribui para a segurança jurídica do processo licitatório, pois define em um único instrumento contratual todas as obrigações da contratada, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e os objetivos da Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



4. REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução utilizado será a empreitada por preço unitário, que consiste na contratação de obra ou serviço com remuneração baseada em unidades de medida previamente definidas no edital e no contrato, conforme o disposto no art. 6º, inciso XLIV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Esse regime é o mais indicado para o presente objeto licitatório pelas seguintes razões:

4.2.1. Natureza sob demanda dos serviços:

- Trata-se de contratação para execução eventual e variável de serviços de manutenção predial, cujas quantidades e frequência não podem ser determinadas com precisão no momento da licitação.
- A imprevisibilidade das necessidades de manutenção (ex.: troca de fiação elétrica, conserto hidráulico, pintura pontual, reparo de cobertura etc.) exige flexibilidade na execução contratual.

4.2.2. Pagamentos proporcionais aos serviços efetivamente executados:

- Com base nas unidades de medida especificadas na Tabela SINAPI/PR, os serviços serão pagos conforme forem realizados, mediante emissão de ordens de serviço específicas, o que assegura maior controle e economicidade à Autarquia.

4.2.3. Adequação ao Sistema de Registro de Preços (SRP):

- O SRP destina-se ao atendimento de necessidades futuras e incertas, e o regime de empreitada por preço unitário é o que melhor se compatibiliza com essa lógica, permitindo a contratação de serviços conforme a demanda real, sem comprometimento prévio de quantidades.

4.2.4. Critério de julgamento por maior desconto:

- A licitação utilizará como base os preços da Tabela SINAPI/PR, que apresenta os custos por unidade de serviço. O regime de preço unitário permite aplicar descontos proporcionais sobre cada item, promovendo isonomia, transparência e competitividade entre os licitantes.

4.2.5. Viabilidade técnica e operacional:

- A diversidade de serviços e insumos envolvidos torna inviável a adoção de regime por preço global ou integral, pois não há como estabelecer um escopo único e fechado, o que comprometeria a execução eficiente e a economicidade da contratação.

5. MODALIDADE DA LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

5.1 Modalidade de Licitação: Pregão: A modalidade pregão é a mais adequada para a contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do §3º do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, desde que objetivamente definidos no Termo de Referência, o que se aplica ao presente caso. O objeto em questão - serviços de manutenção predial corretiva e preventiva com fornecimento de materiais - é passível de descrição padronizada e apresenta critérios objetivos de julgamento. O uso do pregão garante maior celeridade, competitividade e eficiência à contratação.

5.2 Procedimento Auxiliar: Sistema de Registro de Preços (SRP): O Sistema de Registro de Preços é o instrumento mais adequado para atender às demandas eventuais e sob demanda de serviços de manutenção, considerando que não há previsibilidade exata de quando, em que quantidade e quais tipos de serviços específicos serão necessários. Assim, o SRP proporciona flexibilidade na contratação, economia de escala, padronização e racionalidade administrativa, evitando licitações repetitivas para serviços rotineiros.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



5.3 Critério de Julgamento: Maior Desconto: Considerando que a formação dos preços está baseada na Tabela SINAPI/PR, cuja composição já reflete os custos médios de mercado, o critério mais adequado é o de maior desconto, a ser aplicado sobre os valores dessa tabela. Tal critério assegura a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, estimulando a competitividade entre os licitantes, que deverão ofertar o maior abatimento percentual possível, respeitando os parâmetros técnicos definidos.

5.4 Modo de Disputa: Aberto: O modo de disputa aberto está previsto no art. 32 da Lei nº 14.133/2021 e consiste na apresentação de lances públicos e sucessivos em sessão pública. Essa forma de disputa é a que melhor estimula a competição entre os licitantes e viabiliza a obtenção de melhor preço e maior desconto para a administração pública, sendo especialmente vantajosa em certames do tipo maior desconto sobre tabela de referência, como é o caso.

5.5 Orçamento Sigiloso: Não: A divulgação do orçamento estimado, com base em tabela oficial (SINAPI/PR), não compromete a competitividade, pois os valores de referência são públicos e amplamente conhecidos. Dessa forma, não se justifica a adoção de orçamento sigiloso, conforme disposto no art. 24, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)? Vistoria facultativa. Justificativa: Embora a visita técnica não seja obrigatória, ela é fortemente recomendada para que os licitantes conheçam previamente as condições do imóvel onde os serviços serão executados, compreendendo plenamente as peculiaridades e necessidades da manutenção predial demandada. O edital assegura a todos os interessados o direito à vistoria técnica, a ser realizada mediante agendamento, mas não condiciona a participação na licitação à realização da visita, desde que o licitante apresente declaração formal de dispensa assumindo a responsabilidade técnica plena pelo objeto.

6.1.1. Unidade responsável pelo agendamento da vistoria: PREVIBARRAS - Previdência Social do Município de Quatro Barras. Telefone para agendamento da vistoria: (41) 3672-3668. E-mail: previbarras@quatrobarras.pr.gov.br

6.2. Será admitida a participação de consórcios? Não. A vedação à participação de consórcios justifica-se pelo fato de se tratar de contratação de serviços comuns de engenharia, com escopo definido e de execução parcelada sob demanda, que não apresenta complexidade técnica ou econômica que justifique a formação de consórcios. Além disso, a gestão contratual e a fiscalização se tornam mais ágeis e eficazes com a contratação de um único responsável pela execução integral do objeto.

6.3. Será admitida a participação de cooperativas? Não. Justificativa: A prestação de serviços de manutenção predial, nas especialidades exigidas (pintura, elétrica, hidráulica, etc.), requer responsabilidade técnica individualizada, atendendo às normas legais e regulatórias aplicáveis. O modelo de atuação das cooperativas pode comprometer o vínculo de responsabilidade direta com o profissional executor, além de dificultar a fiscalização da execução contratual e o cumprimento das obrigações legais trabalhistas e previdenciárias, motivo pelo qual não se admite sua participação neste certame.

6.4. Será admitida a subcontratação? Não. Justificativa: A subcontratação não será admitida, considerando que o objeto exige execução direta e integral pela empresa contratada, com equipe tecnicamente habilitada e responsável por todas as etapas da manutenção predial. Essa vedação busca garantir padronização dos serviços, maior controle da execução contratual, além de mitigar riscos decorrentes de terceirizações não



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



autorizadas, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilização objetiva da contratada.

7. DOS CRITÉRIOS DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- 7.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços)? (✓) Não
- 7.2. Será exigida amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s)? (✓) Não
- 7.3. Será exigida prova de conceito? (✓) Não
- 7.4. Será exigida carta de solidariedade do fabricante? (✓) Não
- 7.5. Será exigida garantia de proposta? (✓) Não

8. REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual, Certificado da Condição do Microempreendedor Individual – CCMEI.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor ou Consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, sendo que, a atividade da empresa deve ser conexa com o objeto da presente licitação;
- c) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, dentro do seu prazo de validade;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;
- e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do seu prazo de validade;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, dentro do seu prazo de validade.

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro de seu prazo de validade.

a.1) Na hipótese de o licitante estar em recuperação judicial, deve ser apresentado comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor”.

8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) **Atestado(s) de capacidade técnica**, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão de Acervo Operacional – CAO emitida pelo conselho competente. As quantidades e as características mínimas serão conforme abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT	UNID
Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos	300	M ²
Cabo eletrônico categoria 6, instalado em edificação institucional - fornecimento e instalação	275	M
Impermeabilização de superfície com argamassa polimérica / membrana acrílica, 3 demãos	82	M ²

- Referente ao atestado para comprovação da capacidade técnica da empresa, poderão ser aceitos mais de um para somatório das quantidades a fim de atingir o mínimo solicitado.
- A quantidade solicitada em atestado não ultrapassa o permitido por lei.
- A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Autarquia, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Os serviços exigidos foram selecionados por serem os mais relevantes tanto técnica quanto financeiramente em relação ao escopo do objeto.

b) **Certidão de registro da empresa** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. A empresa que não possui registro no Estado do Paraná deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA e/ou CAU do seu Estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura da Ata, visto do CREA-PR e/ou CAU-PR.

b.1) Se no momento da licitação a empresa estiver com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a mesma não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa em até 10 (dez) dias após o certame.

c) **Certidão de registro do(s) profissional(is)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade.

c1) Se no momento da licitação o(s) profissional(is) estiver(em) com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a licitante não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa do(s) profissional(is) elencado(s) em até 10 (dez) dias após o certame.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



- O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deve(m) assinar a planilha de orçamento proposto, com indicação de número no conselho (CREA/CAU). - É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.

- A empresa que não apresentar os requisitos mínimos de acervos técnicos citados nos itens anteriores estará inabilitada.

d) **Declaração de Responsabilidade Técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT”** do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) pela licitante, emitido(s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA” ou pelo “Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU” de execução de, no mínimo, um serviço de semelhante complexidade tecnológica e operacional, conforme quantidades abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos	300m ²
Cabo eletrônico categoria 6, instalado em edificação institucional - fornecimento e instalação	275m
Impermeabilização de superfície com argamassa polimérica / membrana acrílica, 3 demãos	82m ²

- Referente ao acervo para comprovação da capacidade técnica poderão ser aceitos mais de um para somatório de quantidades a fim de atingir o mínimo solicitado.

- A quantidade solicitada em acervo não ultrapassa o permitido por lei.

e) Comprovação de o licitante possuir em seu quadro permanente, na data de assinatura do contrato, profissional de nível superior (Engenheiro de Segurança do Trabalho) ou outro devidamente reconhecido (Técnico em Segurança do Trabalho) pela entidade competente, bem como, comprovação da empresa possuir anotação no órgão competente.

f) Os profissionais indicados pelo licitante na declaração formal exigida para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto da licitação.

g) A empresa licitante deverá apresentar as duas formas de atestados, o técnico-operacional (em nome da proponente) e o técnico-profissional (em nome dos profissionais responsáveis).

h) Em até 3 (dez) dias úteis após do certame, e como condição imprescindível para homologação da licitação, a empresa vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos:

h.1) Comprovação de vínculo empregatício entre a empresa e o(s) profissional(is), através de uma das seguintes formas (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original):

I. Contrato social, no caso de sócio;

II. Carteira de trabalho, das folhas em que constem os dados pessoais e o registro de empregado;

III. Contrato particular de prestação de serviço (com firma reconhecida do profissional);

IV. Contrato preliminar de trabalho ou de prestação de serviço (com firma reconhecida do profissional);

V. Prova de sua eleição como diretor(a) da proponente;

VI. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU onde conste como responsável técnico.

h.2) Caso deseje, a licitante poderá apresentar a comprovação já na fase de habilitação,



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



dispensando sua apresentação posterior.

h.3) Em caso de a empresa vencedora ter apresentado Certidão Positiva junto ao CREA/CAU, no momento da licitação (pessoa jurídica ou física), juntamente com a documentação acima a mesma deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeitos de Negativa) junto ao órgão competente (CREA/CAU).

9. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021? **Não.**

9.2. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica: **Não.**

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Obrigações da contratada:

- a) Providenciar, quando aplicável, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) exigidas pelo CREA, conforme Lei nº 6.496/77, para as atividades técnicas envolvidas nos serviços contratados;
- b) Apresentar à fiscalização, antes do início de cada serviço, as medidas de segurança a serem adotadas, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-6 (Equipamentos de Proteção Individual) e, quando pertinente, a NR-18;
- c) Executar os serviços conforme as especificações do Termo de Referência, atendendo aos prazos, métodos e orientações repassadas pela fiscalização da contratante;
- d) Manter durante a execução dos serviços todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- e) Fornecer aos trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à natureza dos serviços prestados;
- f) Garantir que os serviços sejam realizados por profissionais qualificados, sob responsabilidade técnica formalmente designada, cuja atuação deverá ser comprovada mediante apresentação de documentação específica sempre que solicitado;
- g) Responder por perdas e danos causados por seus funcionários, prepostos, subcontratados ou fornecedores, inclusive em relação a bens públicos ou de terceiros;
- h) Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato anormal ou imprevisto ocorrido durante a execução dos serviços;
- i) Facilitar o acesso da fiscalização aos locais de execução dos serviços e atender prontamente às solicitações de esclarecimento ou ajustes;
- j) Retirar materiais, resíduos e entulhos do local após a conclusão de cada serviço, deixando a área limpa e em condições adequadas de uso, recompondo calçadas, asfaltos, gramados e demais estruturas afetadas, quando aplicável;
- k) Corrigir, reparar ou refazer, às suas expensas e no prazo estabelecido pela fiscalização, qualquer falha, vício ou desconformidade verificada nos serviços executados;
- l) Apresentar, sempre que solicitado, relatório técnico ou memória descritiva do serviço executado, incluindo os materiais aplicados, local de realização e responsáveis pela execução;
- m) Manter organização e boas condições de segurança nos locais de prestação dos serviços, ainda que temporários, zelando pela integridade física de seus trabalhadores e de terceiros.
- n) Demais condições constantes do edital de licitação.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



10.2. Obrigações da contratante

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as
- d) falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- f) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as
- g) condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- i) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- j) demais condições constantes do edital de licitação.

11. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. A execução dos serviços será realizada sob demanda, por meio de ordens de serviço emitidas pela PREVIBARRAS, de acordo com as necessidades identificadas na sede da Autarquia, situada na Rua 25 de Janeiro, nº 271, Centro, Quatro Barras – PR.

11.1.1. Os serviços de manutenção predial compreendem o conjunto de atividades técnicas e operacionais destinadas à conservação, correção e preservação das condições de funcionamento, segurança, salubridade e integridade das edificações e suas instalações.

11.1.2. Incluem-se nesses serviços a manutenção preventiva, corretiva e preditiva de sistemas elétricos, hidráulicos, sanitários, de climatização, estruturas civis, coberturas, revestimentos, esquadrias, portões/portas/janelas, sistemas de combate a incêndio e demais componentes físicos interno e externos do imóvel, visando ao desempenho adequado da edificação e ao bem-estar dos usuários.

11.2. Os serviços contratados serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (O.S.) formalmente encaminhada pela Autarquia.

11.3. O prazo para início da execução dos serviços (tempo de resposta) e o prazo para sua conclusão (tempo de solução) serão definidos individualmente em cada Ordem de Serviço, conforme a natureza, urgência e complexidade da demanda, respeitando as diretrizes abaixo:

- a) Para serviços emergenciais, cuja não execução imediata possa comprometer a segurança, a integridade de pessoas ou instalações, ou o funcionamento essencial de órgãos públicos, o prazo para início será de até 6 (seis) horas, contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço;
- b) Para serviços de manutenção corretiva de média ou baixa complexidade, o prazo para início será de até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço;
- c) O prazo para conclusão dos serviços será definido na própria Ordem de Serviço, observando-se critérios de razoabilidade e proporcionalidade em relação ao escopo da demanda;



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



d) A contratada deverá manter estrutura técnica, logística e pessoal compatível com os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

11.4. A prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, com possibilidade de execução aos fins de semana e feriados somente em situações emergenciais, devidamente autorizadas pela PREVIBARRAS.

11.5. A contratada deverá iniciar cada intervenção realizando levantamento técnico no local, elaborar plano de execução dos serviços e apresentar, quando solicitado, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), cronograma físico-financeiro ou outras documentações técnicas, conforme a complexidade da atividade.

11.5.1. A critério da fiscalização, poderão ser fornecidas especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais, os quais deverão ser seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços.

11.6. Todos os serviços deverão observar as normas técnicas pertinentes, as especificações descritas neste Termo de Referência, as exigências legais relativas à segurança do trabalho (NRs), gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC), bem como demais legislações municipais, estaduais e federais aplicáveis.

11.7. Durante a execução, será obrigatória a adoção de medidas de segurança, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos trabalhadores e a manutenção da limpeza da área de trabalho, inclusive com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme regulamentações ambientais vigentes.

11.8. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e de primeira qualidade, promovendo sua substituição quando necessário.

11.8.1. Os materiais utilizados deverão manter o padrão existente na edificação, sendo obrigatória a apresentação de amostras para aprovação da fiscalização antes do uso.

11.8.2. A contratada deverá, de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive, se necessário, veículos e máquinas específicas para desentupimento de redes hidráulicas e limpeza de fossas sépticas.

11.9. A contratante não se responsabilizará por danos, avarias ou furtos de equipamentos pertencentes à contratada enquanto estes estiverem nas dependências da sede da PREVIBARRAS.

11.10. A fiscalização da execução será realizada por servidor designado pela PREVIBARRAS, que registrará os serviços prestados e a conformidade técnica das entregas no Diário de Obras, conforme aplicável. O recebimento provisório será formalizado após a conclusão dos serviços, seguido do recebimento definitivo, nos termos do Decreto Municipal nº 10.642/2025.

11.11. Quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contratuais serão rejeitados, devendo ser refeitos ou corrigidos pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após notificação.

11.12. A contratada deverá manter atualizadas todas as condições de habilitação, cumprir integralmente as obrigações contratuais e não poderá subcontratar os serviços.

12. GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos/ordens de serviço decorrentes serão exercidas por servidores especialmente designados para essas



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



atribuições, os quais serão indicados formalmente **posteriormente por meio de Portaria específica** a ser emitida pela Presidência da PREVIBARRAS, em estrita observância ao art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. A publicação da portaria de designação dos respectivos fiscais (titular e substituto) e gestores ocorrerá antes do início da execução de qualquer serviço ou emissão da primeira nota de empenho.

12.3. Sanções e Penalidades

12.3.1. Em caso de descumprimento contratual, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato:

- a) Advertência, por escrito;
- b) Multa moratória, no percentual de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da etapa inadimplida, limitada a 10%;
- c) Multa compensatória, de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial ou total, conforme a gravidade do fato;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 3 (três) anos, conforme artigo 156 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Declaração de inidoneidade, nos casos mais graves, conforme § 4º do art. 156 da mesma Lei.

12.4. Critérios de Aferição e Tolerância

12.4.1. O nível de conformidade dos serviços será aferido com base nas exigências técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência. Os serviços serão avaliados quanto à:

- a) qualidade da execução;
- b) adequação ao projeto e especificações;
- c) cumprimento dos prazos estabelecidos;
- d) observância às normas técnicas e de segurança;
- e) gestão e destinação adequada dos resíduos gerados.

12.4.2. Será admitido um percentual de tolerância de até 5% (cinco por cento) nas falhas leves que não comprometam a segurança, funcionalidade e durabilidade da intervenção, desde que sejam prontamente corrigidas, sem ônus adicional à Administração.

12.5. Providências em caso de reincidência

12.5.1. Na ocorrência de reincidência de infrações contratuais, como atrasos sucessivos, execução inadequada ou falhas reiteradas na prestação dos serviços, a contratada estará sujeita:

- a) à majoração do percentual de multa compensatória, conforme gravidade da infração;
- b) à rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- c) à abertura de processo administrativo sancionador, podendo ensejar a aplicação de penalidades mais severas, inclusive a declaração de inidoneidade.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. O pagamento à contratada será realizado com base em medições mensais dos serviços efetivamente executados, após aprovação pela fiscalização designada pela PREVIBARRAS, observando os seguintes critérios:

13.1.1. Medição e Atesto

- a) A medição dos serviços será realizada pelo fiscal técnico designado, com base nos serviços executados e aferidos in loco.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



b) A contratada deverá apresentar relatório de medição contendo a descrição detalhada dos serviços prestados, com indicação de quantidades e valores, acompanhado da documentação técnica pertinente.

c) O fiscal emitirá parecer técnico no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório pela contratada, podendo solicitar correções, complementações ou reapresentações, conforme o caso.

d) O atesto da fiscalização não exime a contratada de eventuais responsabilidades por vícios ocultos ou falhas posteriores à execução.

13.1.2. Apresentação da Nota Fiscal

a) Após aprovação da medição, a contratada deverá apresentar nota fiscal eletrônica discriminada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contendo:

- Descrição dos serviços executados;
- Número do empenho;
- Dados bancários para pagamento (banco, agência e conta corrente);
- CNPJ correspondente ao licitante vencedor, conforme instrumento contratual.

b) A nota fiscal deverá estar acompanhada dos seguintes documentos, válidos à data da apresentação:

- Certidões negativas ou positivas com efeito de negativa dos tributos federais, estaduais e municipais;
- Certidão de regularidade do FGTS;
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Cópia do empenho correspondente;
- Controle de Transporte de Resíduos (CTR), quando aplicável.

13.1.3. Cálculo do Pagamento

O pagamento será calculado conforme os valores da Tabela SINAPI vigente na data do início da execução dos serviços, acrescidos do BDI de 16,8%, deduzido o percentual de desconto ofertado pela empresa vencedora.

Fórmula de cálculo: $VF = ((VU + 16,8\%) \times QTD) - D$

Sendo:

VU = Valor unitário do serviço (Tabela SINAPI);

QTD = Quantidade executada;

16,8% = BDI conforme Acórdão TCU nº 2622/2013;

D = Percentual de desconto ofertado pela empresa;

VF = Valor final a ser pago.

13.1.4. Prazos e Condições de Pagamento

a) O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária para a conta indicada pela contratada, em até 20 (vinte) dias úteis após o atesto da nota fiscal e aprovação do relatório de medição.

b) O prazo será automaticamente prorrogado caso a contratada atrase a entrega da nota fiscal ou da documentação obrigatória.

c) Pagamentos poderão ser retidos nas seguintes hipóteses:

- O contratante poderá deduzir do pagamento valores correspondentes a multas, glosas, indenizações ou penalidades aplicáveis.
- Não serão devidos juros de mora em caso de atraso motivado por pendências da contratada.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



- A PREVIBARRAS reserva-se o direito de não efetuar pagamento em caso de não conformidade dos serviços com os padrões exigidos.

13.1.5. Inadimplência e Glosa

- a) Em caso de cobrança indevida identificada após o pagamento, a contratada será notificada para compensação no próximo faturamento.
- b) Quando a documentação estiver incompleta ou incorreta, a contratada será notificada para regularização, e o prazo de pagamento será suspenso até sua correção.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação serão subsidiadas pela dotação orçamentária 20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

15. DO VALOR ESTIMADO

15.1. O valor máximo estimado para a contratação é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o período de 12 (doze) meses, incluídos os custos com mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e o BDI.

15.2. O valor estimado foi apurado com base nos preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (versão desonerada), considerando o BDI de 16,8%.

15.3. O percentual de desconto mínimo adotado como referência foi obtido com base em pesquisas de contratações similares registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme registros disponíveis à época da elaboração deste Termo de Referência.

15.4. O percentual de desconto a ser ofertado pelo licitante será utilizado exclusivamente para fins de disputa da licitação e deverá ser aplicado de forma linear sobre todos os itens da Tabela SINAPI. O contrato será firmado com base no valor global estimado, cabendo à contratada executar os serviços conforme o desconto proposto e homologado.

15.5. O preenchimento da Planilha de Preços pelo licitante deverá indicar expressamente o percentual de desconto ofertado e o BDI aplicado, que será utilizado como parâmetro para análise da proposta e execução contratual.

16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

16.1. A contratada deverá garantir os serviços executados contra quaisquer defeitos de execução, materiais ou mão de obra, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias contados a partir da data do recebimento definitivo dos serviços pela fiscalização da contratante.

16.2. Caso sejam realizados serviços que envolvam reparos estruturais, substituição de componentes ou instalação de novos sistemas (elétricos, hidráulicos, de combate a incêndio, climatização, entre outros), o prazo de garantia será de 12 (doze) meses, conforme normas técnicas aplicáveis.

16.3. Durante o período de garantia, a contratada se obriga a corrigir, sem ônus para a contratante, quaisquer falhas, defeitos ou inconformidades relacionadas aos serviços prestados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação formal.

16.4. O recebimento definitivo dos serviços não exime a contratada das responsabilidades decorrentes da garantia, nem da obrigação de reparar danos decorrentes de falhas, defeitos ou vícios.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



16.5. A contratação objeto deste Termo de Referência encontra amparo legal na Lei nº 14.133/2021, suas alterações subsequentes, nos Decretos Municipais nº 9.626/2024, 10.810/2025 e 10.811/2025, e nas Portarias PREVIBARRAS nº 02 e 03/2024.

16.6. Além disso, a execução dos serviços deverá observar as normas técnicas da ABNT e demais legislações correlatas, especialmente:

- ABNT NBR 5674 – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
- ABNT NBR 14037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;
- ABNT NBR 15575-1 – Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 1: Requisitos gerais;
- ABNT NBR 15575-2 – Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 2: Requisitos para os sistemas estruturais;
- ABNT NBR 15575-3 – Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 3: Requisitos para os sistemas de pisos;
- ABNT NBR 15575-4 – Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas (SVVIE);
- ABNT NBR 15575-5 – Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 5: Requisitos para os sistemas de coberturas;
- ABNT NBR 15575-6 – Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 6: Requisitos para os sistemas hidrossanitários;
- ABNT NBR 16280 – Reforma em edificações – Sistema de gestão de reformas – Requisitos;
- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 11682 – Estabilidade de encostas.

Quatro Barras, 03 de junho de 2026.

OSMAR DOMINGUEZ
Responsável pelo Planejamento das Licitações
Portaria nº 03/2024

Aprovação:

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO
Presidente da PREVIBARRAS



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



ANEXO 02

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Processo Administrativo nº 75/2025

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) integra a fase preparatória da contratação, visando à análise da necessidade administrativa e à identificação da solução mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e publicidade.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Departamento solicitante: Secretaria Executiva.

2.2. Objeto: Contratação para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referências.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. Desde sua constituição, a PREVIBARRAS não dispunha de imóvel próprio para instalação de sua sede. Com base nos princípios constitucionais da administração pública, especialmente os da eficiência e economicidade, impôs-se à Autarquia a necessidade de providenciar um espaço físico que atendesse adequadamente às suas reais demandas estruturais e funcionais, facilitando a gestão e assegurando um ambiente institucional compatível com sua finalidade.

3.2. Em 2024, a PREVIBARRAS adquiriu imóvel situado na Rua 25 de Janeiro, nº 271, Centro, Quatro Barras/PR, sob matrícula nº 07.074 do Registro de Imóveis de Campina Grande do Sul/PR, com área total de 450,00 m² (15m x 30m), sendo 341,40 m² de área construída, dos quais 301,40 m² estão averbados em alvenaria e 40,00 m² não averbados. O imóvel é composto por recepção com jardim de inverno, cinco salas, dois banheiros, copa e lavanderia no piso térreo; seis salas e dois banheiros no piso superior; além de uma edícula (não averbada) com duas salas.

3.3. A aquisição do imóvel foi condicionada, conforme deliberação do Conselho de Administração, à elaboração de Laudo de Inspeção Predial e Laudo de Segurança Estrutural, os quais foram produzidos no âmbito do Processo Administrativo nº 32/2024. O referido laudo concluiu que “não foram constatados quaisquer indícios ou sinais de comprometimento estrutural nos mais variáveis sistemas e subsistemas da edificação”, recomendando, contudo, a realização de intervenções de simples a média complexidade para adequação plena do imóvel às necessidades operacionais da Autarquia.

3.4. Diante disso, tornou-se necessária a contratação de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, abrangendo: reparos na fachada, impermeabilização, manutenção de esquadrias, revestimentos, sistema hidrossanitário, muro de contenção, elementos em concreto armado e metálicos, sistema elétrico e de dados, cobertura, entre outros serviços



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



que eventualmente se fizerem necessários no curso da utilização do imóvel.

3.5. A PREVIBARRAS não dispõe de equipe própria nas áreas de manutenção, como ajudante geral, bombeiro hidráulico, eletricista, pedreiro, pintor, serralheiro, entre outros, o que inviabiliza a execução direta desses serviços pela estrutura administrativa existente.

3.6. A contratação pretendida visa garantir a continuidade e a regularidade das atividades institucionais, uma vez que se trata de serviços comuns indispensáveis ao funcionamento adequado da sede administrativa. A ausência dessas intervenções comprometeria não apenas a funcionalidade do imóvel, mas também a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

3.7. Importa destacar que a lista de materiais e insumos aplicáveis à manutenção predial é extensa e variável, tornando tecnicamente inviável a prévia especificação de todos os itens em edital. Um certame baseado em milhares de itens demandaria gestão contratual extremamente complexa, com múltiplos fornecedores, dificultando a compatibilização de insumos para cada intervenção e onerando a fiscalização.

3.8. Diante desse cenário, justifica-se a realização de processo licitatório para contratação integrada, compreendendo mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à prestação de serviços de manutenção predial, de forma contínua, sob demanda.

3.9. Destaca-se que a nova sede da PREVIBARRAS consiste em uma edificação única, com anos de uso acumulado, o que, por si só, justifica a centralização da manutenção predial em um único contrato, viabilizando maior economia de escala, padronização de serviços e agilidade na execução.

3.10. Ademais, cabe à Administração zelar pela conservação de seus bens, devendo empregar todos os meios legais e administrativos disponíveis para sua preservação. Conforme estabelece o art. 10 da Lei Federal nº 8.429/1992, configura ato de improbidade administrativa causar prejuízo ao erário por negligência na conservação do patrimônio público.

3.11. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, XXI e art. 28, I da Lei 14.133/2021.

4.2. A contratada deverá fornecer mão de obra qualificada, materiais, ferramentas e equipamentos, conforme demanda, em estrita conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

4.3. A execução deverá atender aos padrões técnicos exigidos, com profissionais devidamente habilitados.

4.4. A contratação deverá observar princípios de sustentabilidade ambiental, sempre que aplicável.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Três alternativas foram consideradas: (a) manutenção com equipe própria; (b) contratação separada de mão de obra e materiais; (c) contratação de empresa especializada.

5.2. As alternativas (a) e (b) foram descartadas por inviabilidade operacional e custo elevado.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



5.3. A solução mais viável é a contratação de empresa especializada, por reunir conhecimento técnico, equipe multidisciplinar e ganho de escala.

5.4. A estimativa de preços da contratação foi realizada utilizando-se como rol exemplificativo a planilha orçamentária constante do Laudo de Inspeção Predial, e ainda, fundamentada na aplicação do percentual de até 25% sobre o valor patrimonial do imóvel sede da PREVIBARRAS, avaliado em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), como referência técnica para manutenção preventiva e corretiva, considerando a idade e o uso contínuo da edificação.

5.5. Considerou-se, sempre que possível, o uso de materiais e mão de obra locais, respeitados os princípios da competitividade e da qualidade técnica.

5.6. Não houve contratações anteriores similares na PREVIBARRAS. Esta será a primeira contratação estruturada para manutenção predial da nova sede.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referências do referido Edital.

6.2. Os serviços serão prestados sob demanda, conforme a necessidade da Administração ou determinação da fiscalização contratual.

7. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

7.1. Item único: Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referências.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de valor da presente contratação foi elaborada utilizando-se como rol exemplificativo a planilha orçamentária constante do Laudo de Inspeção Predial, que atualizada pelo o Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado (INCC-M), corresponde a R\$ 151.938,14 (cento e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e quatorze centavos), bem como, com base em parâmetros médios de mercado e boas práticas de manutenção predial, aplicáveis a edificações com uso contínuo e idade avançada. Considerando que o edifício-sede da PREVIBARRAS possui aproximadamente 17 anos de uso e foi adquirido pelo valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), adota-se como referência técnica o percentual de até 25% do valor patrimonial do



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



imóvel para manutenção preventiva e corretiva geral.

8.2. Essa estimativa contempla intervenções amplas, incluindo pintura completa (interna e externa), revisões e adequações nas instalações elétricas e hidráulicas, correções em cobertura e calhas, ajustes de revestimentos, impermeabilizações pontuais e demais serviços necessários à conservação da edificação.

8.3. Com base nesse critério, a estimativa inicial da contratação foi fixada em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O valor busca assegurar a suficiência orçamentária para execução das manutenções planejadas, bem como para eventuais intervenções adicionais que venham a ser identificadas ao longo da vigência contratual.

8.4. A licitação será processada pelo critério de menor preço global, com base no maior percentual de desconto aplicado sobre a Tabela SINAPI Desonerada, publicada pela Caixa Econômica Federal. O desconto ofertado pelos licitantes será utilizado exclusivamente para fins de disputa e aplicado sobre os serviços efetivamente executados.

8.5 O percentual de desconto mínimo a ser concedido para a contratação será obtido através da Tabela de Formação de Preços, levando-se em consideração as pesquisas a realizadas junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO

9.1. A contratação será realizada com base no critério de maior percentual de desconto global, considerando que se trata de serviços de manutenção predial com diferentes tipos de intervenções, tais como: pintura, elétrica, hidráulica e predial em geral, sendo que o fornecimento dos respectivos materiais, ferramentas e equipamentos estão intrinsecamente relacionados. Nesse contexto, o fracionamento da contratação não se revela tecnicamente viável, pois a dissociação das atividades comprometeria a efetividade das ações, gerando prejuízos à Autarquia Municipal e risco de descontinuidade na prestação dos serviços.

9.2. Importa destacar que, em razão das exigências legais a que está submetida, a Autarquia não dispõe da mesma agilidade da iniciativa privada para efetuar contratações emergenciais ou imediatas de materiais e serviços. A fragmentação da contratação, com a separação de fornecedores, acarretaria paralisações frequentes sempre que houvesse indisponibilidade de insumos necessários por parte de outro contratado, comprometendo a eficiência da manutenção.

9.3. Adicionalmente, a divisão da contratação por tipo de serviço ou especialidade comprometeria o ganho de escala, oneraria a fiscalização e dificultaria a gestão contratual, considerando o quadro reduzido de servidores da PREVIBARRAS. A multiplicidade de contratos resultaria em aumento do custo administrativo e em perda de controle técnico-operacional.

9.4. Em situações que demandem correções ou ajustes posteriores nos serviços executados, a contratação unificada evita conflitos de responsabilidade entre empresas distintas, que poderiam transferir mutuamente a culpa por eventuais falhas. A contratação de uma única empresa atribui a ela a total responsabilidade técnica pela execução e pelos reparos necessários, garantindo maior celeridade e resolatividade nas correções.

9.5. Diante do exposto, conclui-se que a contratação integrada dos serviços de manutenção predial, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários, por meio de um único contrato, representa a solução mais vantajosa para a PREVIBARRAS, assegurando maior eficiência, economicidade, continuidade e controle da execução contratual.



10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

10.1. Não serão necessárias contratações correlatas. Projetos técnicos (estruturais, acessibilidade e incêndio) serão tratados em processos próprios.

11. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. A contratação consta no PAC-2025 e está alinhada com o planejamento estratégico da PREVIBARRAS.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A execução dos serviços de manutenção predial visa à obtenção dos seguintes resultados:

a) Resultados diretos:

Correção eficiente e tempestiva das inconformidades identificadas no imóvel, conforme apontado no Laudo Técnico de Vistoria Predial, bem como outras que se fizerem necessárias;

Preservação das condições estruturais e funcionais do imóvel, assegurando um ambiente físico adequado à realização das atividades institucionais;

Melhoria das condições de segurança, conforto e bem-estar para servidores, colaboradores, beneficiários e usuários externos.

b) Resultados indiretos:

Aumento da motivação e produtividade dos servidores e colaboradores, proporcionado por um ambiente de trabalho mais seguro e salubre;

Fortalecimento da imagem institucional da PREVIBARRAS, mediante a qualificação dos espaços públicos sob sua responsabilidade.

12.2. O produto final esperado é a mitigação de riscos estruturais e operacionais nas dependências da Autarquia, por meio da realização contínua de serviços padronizados de manutenção predial - os quais não se configuram como obras de engenharia - garantindo a conservação do patrimônio público e a continuidade das atividades administrativas.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

13.1. A contratação seguirá o Termo de Referência e edital. Não há necessidade de adequação de espaço físico, salvo para eventuais remanejamentos durante a execução.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A contratada será responsável pela destinação adequada dos resíduos e limpeza da área ao final de cada serviço.

15. SERVIÇO OU FORNECIMENTO CONTÍNUO

15.1. Serviço comum, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação é técnica e economicamente viável, maximizando os recursos públicos.

16.2. Atende plenamente aos requisitos técnicos e legais e permite adequada fiscalização.

16.3. Conclui-se que a contratação proposta atende aos princípios da isonomia, economicidade e eficiência, estando apta a prosseguir com a etapa licitatória, na modalidade pregão eletrônico, critério menor preço global com maior percentual de desconto, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



16.4. Considerando a inexistência de contratos anteriores similares, não foi possível realizar avaliação comparativa de desempenho. A presente contratação busca estabelecer um padrão mínimo de qualidade técnica para futuras contratações continuadas.

Quatro Barras, 03 de junho de 2026.

OSMAR DOMINGUEZ
Responsável pelo Planejamento das Licitações
Portaria nº 03/2024

Aprovação:

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO
Presidente da PREVIBARRAS



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



ANEXO 03 MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Referente: Pregão Eletrônico nº 01/2026.

Objeto: Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege o presente processo licitatório.

3. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

VALOR GLOBAL: R\$ (por extenso).

Item	Descrição	Und	Valor total	% de Desconto tabela Sinapi
1	Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e	Serv	R\$ 300.000,00	Desconto mínimo de 13,7% (conforme pesquisa de preços realizada junto ao PNCP)



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



	externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital			
--	---	--	--	--

3.1 A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão eletrônico.

3.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento/execução de bens/serviços, inclusive custos diretos e indiretos, para a perfeita execução do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento/execução dos serviços.

3.3 Declaramos estar de acordo com as especificações e condições expostas no Edital e seus Anexos.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



ANEXO 04 MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS - PREVIBARRAS
Pregão Eletrônico nº 01/2026.

Pelo presente instrumento, a empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº (número do CNPJ), com sede na (endereço da empresa), através do seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

- (1) atende aos requisitos de habilitação;
- (2) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- (3) inexistem quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
- (4) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

- (5) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- (6) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- (7) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, no caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada;
- (8) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente, apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – PREGÃO Nº 01/2026

Conforme disposto no Edital em eígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 26/06/73 e nº 317 de 31/10/86 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pelos serviços de manutenção predial, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nº	Nome	Especialidade	nº de Registro no Conselho ao qual pertence (CREA e/ou CAU)	Data de registro	Assinatura do responsável técnico

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



ANEXO 06 MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/____

Declaramos que o responsável da empresa (sócio proprietário ou mediante procuração) (inserir o nome completo), da proponente (inserir o nome da proponente), visitou o local da execução dos serviços/entregados produtos, objeto do PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe.

Local, ____ de ____ de 2026.

(Assinatura do Representante da PREVIBARRAS - responsável pelas visitas técnicas).

ANEXO 07

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ /2026

Objeto:
Nome da Empresa:
CNPJ nº:
Endereço:
Fone:
E-mail:

O representante da **(inserir o nome da proponente)** Sr.(a) **(inserir o nome do representante)**, DECLARA que renuncia à vistoria aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato, e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

Local, ____ de ____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente, apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



ANEXO 08
MINUTA DO CONTRATO
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/XXXX
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2026 - Pregão Eletrônico
TIPO: MAIOR DESCONTO GLOBAL

Aos XX dias do mês de XXX de 2026, através do presente instrumento particular de “**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**”, de um lado, o **PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS - PREVIBARRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 00.520.196/0001-45, com sede na Rua 25 de Janeiro nº 271, nesta cidade, neste ato representado pela Presidente, Senhora Ellen Correa Wandembruck Lago, em conjunto com o Secretário Executivo, Senhor Osmar Dominguez, doravante denominado “**CONTRATANTE**”, e de outro lado, a empresa (NOME DA EMPRESA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede na (ENDEREÇO DA EMPRESA), neste ato representada pelo Senhor(a) (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) da CI/RG nº (NÚMERO DO RG) da (ÓRGÃO EMISSOR DO RG) e inscrito no CPF/MF nº (NÚMERO DO CPF), doravante denominada “**CONTRATADA**”, tem justo e convencionado o presente **CONTRATO**, atendidas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: “DO OBJETO”

O presente CONTRATO tem por objeto Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões externos, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.

Item	Descrição	Und	Valor total	% de Desconto tabela Sinapi
1	Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição	Serv	R\$ 300.000,00	



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



	dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.			
--	---	--	--	--

*Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Laudo de Vistoria do Imóvel;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - “DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO”

§ 1º - O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º - Nos casos de contratações contínuas, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a definição do art. 6º, XV do mesmo normativo, o prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos e deverá atender as condições abaixo:

- 1 - O prazo inicial da contratação deverá ser de no máximo 05 (cinco) anos.
- 2 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Autarquia, permitida a negociação com o contratado.
- 3 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 4 - A prorrogação de contrato de que trata este item deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 5 - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - “DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS”

§ 1º – Os serviços contratados serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (O.S.) formalmente encaminhada pela Autarquia. O prazo para início da execução (tempo de resposta) e o prazo para conclusão (tempo de solução) serão definidos individualmente em cada Ordem de Serviço, conforme a natureza, urgência e complexidade da demanda, observadas as seguintes diretrizes:

- a) Para serviços emergenciais, cuja não execução imediata possa comprometer a segurança, a integridade de pessoas ou instalações, ou o funcionamento essencial de órgãos públicos, o prazo para início será de até 6 (seis) horas, contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;
- b) Para serviços de manutenção corretiva de média ou baixa complexidade, o prazo para início será de até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;
- c) O prazo para conclusão dos serviços será definido na própria Ordem de Serviço, observando critérios de razoabilidade e proporcionalidade em relação ao escopo da demanda;
- d) A CONTRATADA deverá manter estrutura técnica, logística e pessoal compatível com os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e na



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



legislação vigente.

§ 2º – Os serviços executados deverão estar em conformidade com o solicitado no Edital e no Termo de Referência (Anexo 01). O recebimento será realizado na forma determinada pelo Termo de Referência.

§ 3º – As demais condições para a execução dos serviços estão descritas no Anexo 01 (Termo de Referência) do presente Edital.

CLÁUSULA QUARTA - “DA SUBCONTRATAÇÃO”

§ 1º - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades subcontratadas, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

CLÁUSULA QUINTA: “DO VALOR E DO PAGAMENTO”.

O “**CONTRATANTE**” pagará em razão da prestação de serviços ora contratados, respeitando o valor global da contratação de R\$ «Valor Contratado»

§ 1º - Deverão ser apresentadas as notas fiscais/faturamentos nas dependências da PREVIBARRAS, devendo conter no corpo da nota fiscal as informações a seguir:

a) Descrição dos serviços, o número do empenho, banco, a agência bancária e o número da conta corrente para depósito do pagamento;

b) Juntamente com a nota fiscal, deverão ser apresentadas as cópias dos seguintes documentos de suporte:

b.1) Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa relativa aos Tributos Federais, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dentro do seu prazo de validade;

b.2) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;

b.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade;

b.4) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do seu prazo de validade;

b.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, dentro do seu prazo de validade.

b.6) Cópia do empenho encaminhado para a empresa para agilizar o recebimento.

c) Prazo de liquidação e de pagamento do documento fiscal: conforme descrito na Lei nº 14.133/2021, esse prazo total máximo é de 20 (vinte) dias úteis.

d) Quando a documentação para cobrança estiver incompleta e/ou apresentar elementos que a invalide, deverá ser substituída pela licitante, dispondo a Autarquia de 08 (oito) dias corridos a partir do recebimento da documentação correta para análise e pagamento.

e) O pagamento será efetuado, até o 10º (décimo) dia útil a contar da entrega da Nota Fiscal/fatura e atesto da execução contratual emitido pelo/a gestor/fiscal do instrumento contratual, mediante a apresentação da documentação citada no item 20.3.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



- f) O atraso na apresentação, por parte do contratado, da Nota Fiscal de Serviços exigida como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do contratante.
- g) O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar no instrumento contratual e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento/execução dos serviços contratados. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.
- h) Sobre o pagamento efetuado será retido na fonte e recolhido, pela PREVIBARRAS, todos os tributos federais, previstos na IN RFB 1234/2012, 1540/2015 e 2145/2023 e alterações seguintes, cujos valores e percentuais respectivos deverão ser discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.
- i) Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária, com crédito em conta corrente indicada por escrito pelo/a Contratada ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- j) Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade ou havendo erro na Nota Fiscal de Serviços ou no Recibo de Pagamento de Autônomo ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o contratante notificará ao contratado para que proceda a correção necessária, ficando o prazo de pagamento interrompido, prosseguindo sua contagem quando do recebimento no protocolo geral da contratante dos documentos devidamente corrigidos.
- k) Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento, os fatos serão informados à contratada para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.
- l) Os pagamentos poderão ser sustados pela PREVIBARRAS nos seguintes casos:
- l.1) Não cumprimento das obrigações do/a Contratada com terceiros, estes relacionados com os serviços contratados e que, a prejuízo da PREVIBARRAS, possam, de qualquer forma, causar-lhe prejuízos ou colocar em risco a prestação dos serviços;
- l.2) Inadimplemento das obrigações do Contratado, assumidas no presente Instrumento contratual;
- l.3) Erros ou vícios no recibo de pagamento ou nota fiscal.
- m) Nenhum pagamento será realizado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento e/ou atualização de valor ou quaisquer ônus para o contratante.
- n) O Contratante poderá deduzir do montante a pagar a contratada os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo mesmo, nos termos do instrumento contratual.
- o) O Contratante não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos decorrente da ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.
- p) A PREVIBARRAS reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não estiver de acordo com as especificações exigidas.

§ 2º - Os recursos financeiros para o pagamento de despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - “DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE”

São obrigações da contratante:

- a) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços e o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais.
- b) Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Edital, em particular no que se



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

- c) Proporcionar todas as condições necessárias para que o licitante vencedor possa cumprir o objeto desta licitação.
- d) Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.
- e) Notificar a contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades da prestação de serviços executados ou de peças, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, conforme o caso.
- f) Nomear Gestor e fiscais para executar a fiscalização do Instrumento contratual, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- g) Efetuar o pagamento a contratada nos moldes previstos neste Termo.
- h) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com a legislação vigente.
- i) A CONTRATANTE assume, os riscos relacionados ao futuro contrato, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO, conforme abaixo:

Tipo de Risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação
Varição excessiva dos custos dos materiais utilizados para execução dos serviços	Alteração dos preços em razão de políticas fiscais ou tributárias aplicadas pelo Estado	Impossibilidade de execução da obra pelo aumento excessivo do custo dos materiais	Reequilíbrio econômico-financeiro	Contratante
Caso fortuito ou força maior	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior	Impossibilidade de continuidade na execução da obra	Reequilíbrio econômico-financeiro	Contratante
Modificações das especificações de serviço.	Contratante poderá modificar especificações de serviço, ou ampliar escopo, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação.	Aumento no prazo/Varição de custos.	Reequilíbrio econômico-financeiro, aditivo contratual (excepcional).	Contratante

CLÁUSULA SÉTIMA - "DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO"

§ 1º - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Realizar os serviços, no prazo indicado pela PREVIBARRAS, com eficiência, competência, diligência, idoneidade, zelo e em estrita observância das especificações do Termo de Referência e no instrumento contratual.
- b) Realizar verificação "in loco" e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização designada pela Contratante.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



- c) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do instrumento contratual.
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da PREVIBARRAS, inerentes ao objeto do presente Termo.
- e) Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, regularidade e qualificação exigidas para a contratação.
- f) Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU o registro da ART referente a serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva referentes ao objeto do instrumento contratual e especialidades pertinentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, com prazo de execução previsto de 12 (doze) meses, nos termos das normas pertinentes, cujas ARTs e demais documentos correrão por custas do Contratado.
- g) Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU o registro da ART referente a serviços de engenharia inerentes à manutenção predial alusivo ao objeto do instrumento contratual e especialidades pertinentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, nos termos das normas pertinentes, cujas ARTs e demais documentos correrão por custas do Contratado.
- h) A vigência das ARTs deverá coincidir com a vigência do Instrumento contratual.
- i) No decorrer da execução dos serviços poderão vir a ser exigidas a emissão de outras ART às custas da Contratada.
- j) Seguir os preceitos das Normas Técnicas Brasileiras conforme disposto na Lei nº 4150/62.
- k) Seguir os preceitos da Resolução nº 04/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR.
- l) A CONTRATADA deverá cumprir todas as normas de segurança do trabalho contempladas nas Normas Regulamentadoras (Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho).
- m) A CONTRATADA deverá estar em conformidade com o previsto nas NR's (Normas Regulamentadoras) do Ministério do Trabalho e Emprego e normas do Ministério da Previdência Social.
- n) Caso a CONTRATADA possua atividades em espaço confinado esta deverá seguir rigorosamente os preceitos da NR-33 / Portaria nº 3214/78 - Ministério do Trabalho.
- o) Para as atividades executadas acima de 2 (dois) metros do nível inferior, onde haja risco de queda, a CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente a NR-35 / Portaria nº 3214/78 - Ministério do Trabalho.
- p) Todos os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, conforme definido em matriz de treinamentos para contratadas e legislação vigente.
- q) A CONTRATADA deverá providenciar a reciclagem de treinamento dos profissionais conforme determina Matriz de Treinamentos correlata e legislação vigente.
- r) A CONTRATADA deverá fazer gestão de segurança no trabalho, evidenciando objetivamente, para fins de fiscalização, o atendimento a todos os requisitos legais e contratuais exigidos.
- s) Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.
- t) Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado, mitigando danos ao meio ambiente.
- u) Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o replantio de gramas nas valas, recomposição de calçadas, asfaltos e outros.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



- v) Supervisionar e coordenar os trabalhos, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.
- w) Antecipar, sempre que possível, a execução das etapas estabelecidas no cronograma físico, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.
- x) Conclusão total dos serviços dentro do prazo definido no cronograma, revertendo qualquer atraso decorrente de ajustes de projetos, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços.
- y) Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.
- z) Substituir, reparar, refazer ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela PREVIBARRAS, o objeto do instrumento contratual em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- aa) Ressarcir eventuais prejuízos causados ao contratante ou a terceiros, provocados por ineficiência, imperícia, negligência, imprudência, irregularidades cometidas ou dolo na execução do objeto do instrumento contratual, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.
- bb) Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.
- cc) Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.
- dd) Dispor de equipamentos próprios, suficientes para o atendimento ao objeto do Instrumento contratual, ficando integralmente responsável pelo atendimento a toda legislação que rege a natureza dos serviços a serem prestados.
- ee) Responsabilizar-se por observar os requisitos de segurança, adequação ao interesse público, economia, regionalização, impacto ambiental, normas de segurança e saúde do trabalho, conforme legislação vigente.
- ff) Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.
- gg) Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da PREVIBARRAS.
- hh) Utilizar pessoal uniformizado e/ou com identificação apropriada como crachá, para efetuar os serviços contratados, sendo este de bom comportamento, podendo ser exigida a substituição, cujo comportamento ou capacidade a CONTRATANTE julgue impróprio ao desempenho dos serviços contratados.
- ii) Cumprir e fazer cumprir, no que couberem, as exigências de normas regulamentadoras da Segurança do Trabalho, como fornecer os EPIS e condições de segurança conforme a legislação vigente.
- jj) A CONTRATADA deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) a seus empregados e treiná-los quanto ao seu uso correto, manuseio, armazenamento e conservação.
- kk) A CONTRATADA deverá fiscalizar a utilização correta dos EPIs e registrar a entrega em fichas de controle individual.
- ll) Os EPI's deverão ser adquiridos e distribuídos pela CONTRATADA conforme o risco que os empregados estarão expostos e fornecer apenas equipamentos aprovados pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho. Os EPIs danificados, extraviados ou roubados deverão ser repostos imediatamente.
- mm) A CONTRATADA deverá fornecer aos colaboradores que exercem atividades externas (a



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



céu aberto), água potável, protetor solar mínimo FPS-30, além de cumprir as determinações contidas na NR-21/Portaria nº 3214/78 - Ministério do Trabalho.

nn) Quando da ocorrência de acidente a CONTRATADA deverá de imediato comunicar o fato para o Técnico em Segurança do Trabalho da CONTRATADA por telefone e formalmente, imediatamente após a ocorrência para as providências cabíveis.

oo) A CONTRATADA deverá fornecer TODO material, TODA mão de obra e TODAS ferramentas necessárias para a perfeita execução dos serviços.

pp) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços contratados de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e de até 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma, conforme estabelece o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

qq) Responsabilizar-se por não veicular publicidade sobre o objeto do Instrumento contratual ou assuntos de interesse do contratante.

rr) Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos estabelecidos no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

ss) É expressamente vedada a subcontratação do objeto deste Termo e do Instrumento contratual, sob pena de anulação da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Instrumento contratual.

tt) Fornecer número telefônico e e-mail, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados.

uu) Comunicar ao Fiscal designado pela CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o escorrito cumprimento do Instrumento contratual.

vv) Todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como: materiais, mão de obra, cópias reprográficas, transportes, fretes, equipamentos, ferramentas, licenças, impostos, taxas, emolumentos, encargos sociais, etc., bem como, todas as providências quanto à legalização perante aos Órgãos correrão por conta da Contratada.

ww) Todo e qualquer serviço somente será executado, sob a demanda e a determinação da CONTRATANTE, não sendo esta obrigada a adquirir a quantidade estimada total.

CLÁUSULA OITAVA - “DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD”

§ 1º - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§ 2º - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

§ 3º - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§ 4º - A Autarquia deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

§ 5º - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais esomente enquanto não prescritas essas obrigações.

§ 6º - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



§ 7º - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

§ 8º - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§ 9º - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§ 10º - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

§ 11º - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Autarquia nas hipóteses previstas na LGPD.

§ 12º - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

§ 13º - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA NONA - “DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”

§ 1º - Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- 1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Autarquia, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3 - Dar causa à inexecução total do contrato;
- 4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
- 9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quando ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores de serviço, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 2º - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 2 a 7 do parágrafo 1º, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156 §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8 a 12, bem como nos itens 2 a 7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5, da Lei).

d) Multa:

d.1 - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.1.1 - o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Autarquia a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o disposto no inciso I, do art. 173, da Lei nº 14.133/2021.

d.2 - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.3 - compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução do objeto.

§ 3º - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º).

§ 4º - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º);

1 - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º);

3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 5º - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 6º - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156 §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 7º - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

§ 8º - A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

§ 9º - Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. (art. 161)

§ 10º - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - “DA EXTINÇÃO CONTRATUAL”

§ 1º - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

§ 2º - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 3º - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

§ 4º - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão senão restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 5º - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Indenizações e multas.

§ 6º - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 7º - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - “DOS CASOS OMISSOS”



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



§ 1º - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - "DAS ALTERAÇÕES"

§ 1º - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º - O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços contratados de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e de até 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma, conforme estabelece o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

§ 4º - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos ou previsão normativa, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 5º - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - "DA PUBLICAÇÃO"

§ 1º - O presente instrumento será inserido no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - "DA FISCALIZAÇÃO"

§ 1º - Caberá aos fiscais de Contrato e aos gestores de Contrato, designados pela autoridade competente, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - "DAS DISPOSIÇÕES FINAIS"

A "CONTRATADA" declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo "CONTRATANTE".

§ 1º - Verificada pela fiscalização do "CONTRATANTE", o abandono da execução dos serviços ou o seu retardamento indevido, poderá a mesma assumir o objeto contratual na situação em que se encontrar, constituindo os valores não pagos como créditos passíveis de cobrança por parte do "CONTRATANTE" perante a "CONTRATADA", servindo o presente CONTRATO como título executivo, na forma do disposto no art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

§ 2º - Igualmente, se verificada na entrega dos serviços ora contratados, a superveniência de insolvência, concordata ou falência da "CONTRATADA", serão considerados os valores não pagos como créditos privilegiados do "CONTRATANTE", podendo o mesmo prosseguir no final da execução do CONTRATO.

§ 3º - O "CONTRATANTE" reserva-se, ainda, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já entregues.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



§ 4º - O “CONTRATANTE”, direta ou indiretamente, fiscalizará e acompanhará a entrega dos serviços.

§ 5º - No recebimento dos serviços, objeto deste CONTRATO, serão observadas as disposições estabelecidas na Lei nº 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - “DO FORO”

Fica eleito o Foro da Comarca de Quatro Barras/PR para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução do presente CONTRATO, renunciando as partes outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Quatro Barras, XX de XXX de 2026.

p/ CONTRATANTE:-

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO
Presidente da PREVIBARRAS

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

p/ CONTRATADA:

Responsável legal da empresa



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



ANEXO 09

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXX

PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2026

Aos XX dias do mês de XXX do ano de 2026, autorizado pelo processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025 foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 10811/2025, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Autarquia e a Licitante Vencedora, neste ato representado pela Presidente, Senhora Ellen Correa Wandembruck Lago, em conjunto com o Secretário Executivo, Senhor Osmar Dominguez.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº XX/2026, conforme especificações, previsões e exigências do Edital do certame supracitado.

§ 1º - Vinculam a esta ata, independente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da licitação;
- c) A Proposta da detentora da ata;
- d) Eventuais anexos e documentos supracitados.

§ 2º - Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) do Pregão Eletrônico nº XX/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS, DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

§ 1º - A partir desta data, fica registrado nesta Autarquia o(s) PREÇO(s) e o respectivo fornecedor/prestador de serviço, nos seguintes termos:

ITEM(NS) XXX – adjudicado(s) para: (NOME, CNPJ, ENDEREÇO DA EMPRESA), neste ato representado por (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL) RG nº XXX (ÓRGÃO EMISSOR) e CPF nº XXX, EMAIL e TELEFONE, homologado no valor de R\$ XX (por extenso), nos termos da proposta de acordo com o Anexo 01 do edital da licitação.

Item	Descrição	Und	Valor total	% de Desconto tabela Sinapi
1	Registro de Preço para eventual necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia através de empresa especializada em manutenção predial para a sede da	Serv	R\$ 300.000,00	



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



	PREVIBARRAS, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas, tais como: pintura interna e externa, manutenção das redes e instalações elétricas interna e externa, manutenção hidráulica, manutenção da cobertura do prédio e da área anexa, substituição dos pisos interno e externo, serviços de impermeabilização, manutenção do muro frontal e do muro de contenção, serviços de revestimento, manutenção nas portas, janelas, portões e demais componentes físicos internos e externos do imóvel, entre outros, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.			
--	--	--	--	--

§ 2º – Dos prazos:

Os serviços contratados serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (O.S.) formalmente encaminhada pela Autarquia.

I – Prazo para início da execução (tempo de resposta):

a) Para serviços emergenciais, cuja não execução imediata possa comprometer a segurança, a integridade de pessoas ou instalações, ou o funcionamento essencial de órgãos públicos, o prazo para início será de até 6 (seis) horas, contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Detentora da Ata;

b) Para serviços de manutenção corretiva de média ou baixa complexidade, o prazo para início será de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço pela Detentora da Ata.

II – Prazo para execução/conclusão (tempo de solução):

O prazo máximo para execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias, salvo prazos menores expressamente fixados na própria Ordem de Serviço, considerando a natureza, urgência e complexidade da demanda.

III – Estrutura para atendimento:

A contratada deverá manter estrutura técnica, logística e pessoal compatível com os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

§ 3º – Do recebimento dos produtos e serviços:

Os produtos entregues e os serviços executados deverão estar em conformidade com o solicitado no Edital e no Termo de Referência (Anexo 01). O recebimento será realizado na forma determinada pelo Decreto Municipal nº 10.642/2025, observando-se:

I – Para obras e serviços:

a) Recebimento provisório pelo responsável pela fiscalização, mediante termo detalhado, após verificação das exigências técnicas, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias após comunicação escrita do contratado;

b) Recebimento definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, com posterior verificação da conformidade com as exigências contratuais.

II – Para compras ou locações de equipamentos:

a) Recebimento provisório, de forma sumária, pelo responsável pela fiscalização, com posterior verificação da conformidade do material;



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



b) Recebimento definitivo no prazo de 2 (dois) dias corridos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 4º – Demais condições de fornecimento dos produtos e execução dos serviços constam no Anexo 01 (Termo de Referência) do presente Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

§ 1º - Deverão ser apresentadas as notas fiscais/faturamentos nas dependências da PREVIBARRAS, devendo conter no corpo da nota fiscal as informações a seguir:

a) Descrição dos produtos/serviços, o número do empenho, banco, a agência bancária e o número da conta corrente para depósito do pagamento;

b) Juntamente com a nota fiscal, deverão ser apresentadas as cópias dos seguintes documentos de suporte:

b.1) certidão Negativa de Débito – CND do Instituto Nacional de Seguridade Social conjunta com a Certidão Federal - PGFN;

b.2) certificado de Regularidade do FGTS;

b.3) certificado de Regularidade dos Débitos Trabalhistas (CNDT);

b.4) certificado de Regularidade do Município (do Município sede do licitante);

b.5) cópia do empenho encaminhado para a empresa para agilizar o recebimento.

c) O prazo para o pagamento será de 30 (trinta) dias úteis em conformidade com os Decretos Municipais 9.469/2023 e 10.279/2024.

d) Quando a documentação para cobrança estiver incompleta e/ou apresentar elementos que a invalide, deverá ser substituída pela licitante, dispondo a AUTARQUIA de 08 (oito) dias corridos a partir do recebimento da documentação correta, para análise e pagamento.

e) O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar na Ata de Registro de Preços e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento/ da execução dos serviços contratados. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

f) **Será efetuado retenção tributária prevista na legislação aplicável.**

§ 2º - As despesas decorrentes da aquisição dos produtos/execução dos serviços, objeto do presente REGISTRO, serão suportadas com recursos da dotação orçamentária: 20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

§ 1º - A vigência da Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

1. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos, conforme previsto no art. 84, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

2. A prorrogação da ata de registro de preço se dará pelo saldo existente no momento da prorrogação.

3. A comprovação da vantagem do preço deverá ser demonstrada em Justificativa de Preços elaborada de acordo com o Decreto Municipal 9.618/2024 ou outro que venha a substituí-lo.

§ 2º - O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá, a critério da Autarquia, ser substituído por meio de carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



§ 3º - O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contida, observado o disposto no art. 105 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO E DO CADASTRO DE RESERVA

§ 1º - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor/prestador de serviço para negociar a redução do preço registrado.

a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor/prestador de serviço será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) Na hipótese prevista na alínea ‘a’, o gerenciador convocará os fornecedores/prestadores de serviço do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 25 de Decreto Municipal nº 9.794/2024.

c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

d) Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

§ 3º - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor/prestador de serviço não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor/prestador de serviço requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Para fins do disposto no caput, o fornecedor/prestador de serviço encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor/prestador de serviço deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor/prestador de serviço, nos termos do disposto na alínea 'b', o gerenciador convocará os fornecedores/prestadores de serviço do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 15 do Decreto Municipal nº 9.794/2024.

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

e) Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea 'a', o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

e) O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

§ 4º - O registro do fornecedor/prestador de serviço será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor/prestador de serviço:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Autarquia sem justificativa razoável;
- III - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na alínea 'b' do § 3º; ou
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor/prestador de serviço não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

b) O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor/prestador de serviço, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

§ 5º - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - Por razão de interesse público;
- II - A pedido do fornecedor/prestador de serviço, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto na alínea 'c' do § 2º e na alínea 'd' do § 3º.

§ 6º - DA REVISÃO DE PREÇOS E CONSULTA AO CADASTRO RESERVA

1. Caso o vencedor detentor da ata de registro de preços solicite revisão de preços ou reequilíbrio econômico-financeiro, o Departamento de Licitações e Contratos acionará o Cadastro Reserva de fornecedores, conforme ordem de classificação original.

2. Os fornecedores do Cadastro Reserva serão formalmente consultados sobre:

- a) A disponibilidade de fornecer o bem ou serviço pelo mesmo preço do vencedor original; e
- b) O melhor preço que possam oferecer;

§ 7º - DA CONSULTA AOS FORNECEDORES

1. A consulta será realizada com todos os fornecedores do Cadastro Reserva, obedecendo



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



à ordem de classificação, até que se esgotem as possibilidades ou que um fornecedor apresente proposta mais vantajosa.

2. Caso algum fornecedor do Cadastro Reserva ofereça preço inferior ao solicitado na revisão, deverá:

a) Comprovar que atende aos requisitos de habilitação.

3. A falta de apresentação da amostra no prazo ou a não conformidade com as especificações implicará a desconsideração da proposta, seguindo-se a consulta ao próximo fornecedor classificado.

§ 8º - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

1. O cancelamento do registro com o vencedor original ocorrerá após a comprovação de que o novo fornecedor:

a) Apresentou preço mais vantajoso; e

b) Cumpriu com a exigência de amostra (quando aplicável), atestando a qualidade conforme exigido.

c) Cumpriu os requisitos de habilitação estabelecidos em edital.

2. A Autarquia reserva-se o direito de rejeitar propostas que, mesmo com preço inferior, não atendam aos critérios de qualidade, prazos ou demais condições do edital.

§ 9º - DA FORMALIZAÇÃO

1. O fornecedor que apresentar o melhor preço válido, comprovar a qualidade mediante amostra (se exigido) e preencher os requisitos de habilitação será formalmente convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação.

§ 10º - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Se o detentor da ata de registro de preços desistir do pedido de revisão (ou reequilíbrio) durante o trâmite e/ou não comprovar as condições imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que fundamentaram o pedido responderá por descumprimento da proposta (art. 155, V, da Lei 14133/2021).

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Autarquia, com base nos princípios da economicidade, legalidade e garantia de qualidade.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações do Órgão participante:

a) comunicar a empresa registrada toda e quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto registrado;

b) efetuar o pagamento à empresa registrada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto fornecido/serviço executado pela empresa registrada fora das especificações da Ata de Registro de Preços;

e) observar para que durante a vigência da Ata de Registro de Preços sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa registrada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) prestar à empresa registrada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

h) demais condições constantes do edital de licitação.



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



Constituem obrigações gerais do FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

- a) atender a todas as solicitações efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) fornecer/executar o objeto, de acordo com as especificações constantes no edital de licitação, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto/na execução do serviço;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo órgão participante quando da entrega do produto/execução dos serviços;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto/material fornecido, quando for o caso, assim como amostra para análise pela Autarquia, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no processo;
- i) estender aos contratos objeto da Ata de Registro de Preços, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da empresa registrada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Autarquia ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos/materiais, a empresa registrada responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com o órgão participante por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços, comunicando, imediatamente, o órgão participante em caso de alteração;
- n) Observar as demais obrigações do Termo de Referência;
- o) Observar as demais condições de recebimento do Termo de Referência.
- p) Fornecimento de Vidros: a aquisição e a entrega de todos os materiais de vidro necessários para a execução dos serviços.
- q) Remoção de Resíduos: Coleta e descarte adequado de todos os materiais resultantes da execução dos serviços, como cacos de vidro, pó, embalagens, sobras de materiais e quaisquer outros detritos gerados.
- r) Limpeza da Área de Trabalho: Varrição, aspiração ou outros métodos de limpeza necessários para restaurar as condições de higiene e organização da área onde os serviços foram executados. x) Destinação Correta de Materiais: A Contratada deverá providenciar o



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



transporte e a destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos e materiais descartados, em conformidade com a legislação vigente.

s) O local de intervenção deverá ser entregue livre de quaisquer resíduos e em perfeitas condições de uso, não havendo ônus adicionais para o Contratante em relação à limpeza pós-serviço.

t) A contratada deverá cumprir as diretrizes, critérios e procedimentos relacionados à gestão de resíduos da construção civil, conforme estabelecido pela Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), pela Resolução CONAMA nº 307/2002 e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010.

u) O gerenciamento dos resíduos decorrentes da execução contratual deverá atender às diretrizes técnicas estabelecidas pelas Leis Complementares Municipais nº 40 e nº 41/2023 e demais normas correlatas, observando-se, ainda, as orientações constantes no endereço eletrônico: https://quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2590_Plano-de-Gerenciamento-de-Residuos-de-Construcao-Civil-PGRCC.html

v) A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da contratação, observando, no que couber, os seguintes procedimentos:

- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados como agregados, ou ainda, encaminhados a aterros específicos de Classe A para preservação e uso futuro.
- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados para áreas de armazenamento temporário, de forma que possibilite seu reaproveitamento ou reciclagem futura.
- Resíduos Classe C (sem tecnologia ou aplicação economicamente viável para reaproveitamento): deverão ser devidamente armazenados, transportados e destinados conforme as normas técnicas específicas.
- Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão seguir rigorosamente as normas técnicas pertinentes quanto ao armazenamento, transporte e destinação final.

w) É vedada, em qualquer hipótese, a disposição de resíduos oriundos da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos, áreas ambientalmente protegidas ou não licenciadas para tal fim.

x) Para fins de fiscalização quanto ao cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme o caso, a contratada deverá comprovar, sob pena de sanção, que todo o transporte de resíduos foi devidamente acompanhado de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da ABNT NBRs 15.112 a 15.116/2004.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

§ 1º – Comete infração administrativa o licitante e/ou a empresa registrada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- 1 – Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- 2 – Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Autarquia, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3 – Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- 4 – Deixar de entregar a documentação exigida no processo;
- 5 – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6 – Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a formalização do registro, quando convocado dentro do prazo de validade de



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



sua proposta;

- 7 – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 8 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- 9 – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- 10 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quando ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores de serviço, em qualquer momento do processo de contratação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 11 – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 12 – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 2º - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 2 a 7 do parágrafo 1º, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156 §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sansão, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8 a 12, bem como nos itens 2 a 7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5, da Lei).
- d) Multa:
 - d.1 – moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - d.1.1 – o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Autarquia a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o disposto no inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.
 - d.2 – moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - d.3 – compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução do objeto.

§ 3º – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão participante (art.156, § 9º).

§ 4º – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º);

- 1 – Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);
- 2 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo órgão participante à empresa registrada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º);
- 3 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 5º – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



contraditório e a ampla defesa à empresa registrada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 6º - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156 §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 7º - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

§ 8º - A personalidade jurídica da empresa registrada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

§ 9º - Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. (art. 161)

§ 10º - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§ 1º - Caberá aos fiscais e aos gestores da Ata de Registro de Preços, designados pela autoridade competente por meio da Portaria 11/2022, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento da Ata de Registro de Preços.

§ 2º - A PREVIBARRAS será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA AUTARQUIA

§ 1º - O DETENTOR DA ATA poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

§ 1º - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito



PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras



privado. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

§ 1º - O presente instrumento será inserido no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

§ 1º - Fica eleito o Foro da Comarca de QUATRO BARRAS para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução da presente ata, renunciando as partes outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.

Quatro Barras, XX de XXX de 2026.

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO
Presidente da PREVIBARRAS

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

Responsável legal da empresa